

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) MÁRCIO ROSSINI BATISTA BARREIRA

UMA PROPOSTA ESTRATÉGICA AO PODER NAVAL NA AMAZÔNIA
OCIDENTAL

Rio de Janeiro
2019

CMG (FN) MÁRCIO ROSSINI BATISTA BARREIRA

UMA PROPOSTA ESTRATÉGICA AO PODER NAVAL NA AMAZÔNIA
OCIDENTAL

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: Orientador: CMG (FN) Victor
Sousa Abreu.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

Aos meus saudosos pais José e Maria da Glória (*in memoriam*) pelo dom da vida e por orientar-me aos caminhos corretos. À minha esposa Cristiane e a minha filha Camille, pelo amor incondicional, carinho, apoio constante à minha carreira e, especialmente, pela compreensão de minhas ausências para a realização deste trabalho. Aos meus sogros, Antônio e Célia, pelo apoio constante à minha família.

Ao meu Orientador, o CMG (FN) Victor Sousa Abreu, pela disponibilidade, atenção, sempre com contribuições e intervenções seguras, além da amizade, que possibilitaram a elaboração e a conclusão desta tese. Agradeço, também, os CMG (Ref) Claudio Rogerio de Andrade Flôr e CMG (RM1-FN) Adriano Lauro as contribuições e as intervenções específicas, que foram vitais à confecção deste trabalho.

Aos meus colegas da Turma C-PEM 2019, pelo convívio fraterno e profissional, além da oportunidade de estabelecer novos laços de companheirismo e reforçar antigas amizades.

À Escola de Guerra Naval pelos ensinamentos transmitidos no Curso de Política e Estratégia Marítimas de 2019, que contribuíram muito para o meu aprimoramento profissional.

A todos oficiais e praças da Marinha do Brasil, com quem tive a honra de servir, por permitirem aprender com vossas experiências, conhecimentos e profissionalismo, o que me proporcionou condições para concluir o presente trabalho.

RESUMO

A Amazônia, por despertar interesses externos, foi considerada uma área vital pelos portugueses, adotando ações políticas e estratégicas a partir do século XVII, que permitiram a preservação de sua dimensão territorial. Ao ser herdada pelos brasileiros, esta vasta região continuou despertando curiosidades e interesses por dispor de uma exuberante floresta tropical, uma malha fluvial extraordinária e outros potenciais econômicos, que possibilitaram a obtenção de riquezas e o desenvolvimento modesto da região. Nesse contexto, a porção amazônica ocidental destacou-se em função de ser um dos últimos eldorados mundiais, dispor do maior potencial de biodiversidade e de água doce do planeta terra, além de possuir a maior faixa de fronteira terrestre brasileira, dentro de um ambiente eminentemente fluvial. Tendo como base as questões de segurança e defesa, constata-se a necessidade de formulação de uma estratégia naval apropriada para região, em que o Poder Naval terá papel protagonista perante qualquer ameaça ou desafio no cenário ribeirinho em lide. Diante do panorama apresentado, estes pontos constituíram o tema principal para a metodologia adotada e pesquisas bibliográfica e documental, com a finalidade de propor uma estratégia naval para a região em questão. Dessa forma, buscou-se limitar a abordagem à Amazônia Ocidental, em virtude da sua importância socioeconômica valorizada pela ampla rede hidroviária disponível, que poderia ser influenciada pela presença de ameaças diversas. Assim, as possíveis ameaças à região foram identificadas e agrupadas nos campos interno e internacional, além de suas capacidades de influenciar na região, à luz das considerações históricas, dos estudos teóricos sobre segurança e defesa e da análise dos documentos de defesa de alto nível nacionais. Também foram identificadas as áreas estratégicas, onde as infraestruturas e regiões localizadas nas margens dos rios possibilitaram alavancar, economicamente, a região pela utilização destas vias fluviais. As faixas de fronteiras e os vazios demográficos da Amazônia Ocidental foram identificados, também, como áreas estratégicas. Por fim, as contribuições para proposta da estratégia naval consideraram a operação ribeirinha como base de preparo e emprego do Poder Naval na região, por ser a principal operação naval para o cenário ribeirinho em questão, uma vez que ela só pode ser concebida pela integração dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Palavras-chave: Estratégia Naval, Amazônia Ocidental, Poder Naval, Operações Ribeirinhas.

ABSTRACT

The Amazon, for arousing external interests, was considered a vital area by the Portuguese, adopting political and strategic actions from the seventeenth century, which allowed the preservation of its territorial dimension. In being inherited by Brazilians, this vast region continued to arouse curiosities and interest in having a lush rainforest, an extraordinary river network and other economic potentials, which made it possible to obtain wealth and the modest development of the region. In this context, the western Amazonian portion stood out due to being one of the last of the world's eldorados, having the greatest biodiversity and freshwater potential of planet earth, besides having the largest strip of Brazilian land border, within an eminently riverine environment. Based on security and defense issues, there is a need to formulate an appropriate naval strategy for the region, where the Naval Power will play a leading role in the face of any threat or challenge in this riverine scenario. Given the panorama presented, these points constituted the main theme for the adopted methodology and bibliographic and documentary research, with the purpose of proposing a naval strategy for this region. Thus, this thesis sought to limit the approach to the Western Amazon, due to its socioeconomic importance valued by the wide available water network, which could be influenced by the presence of various threats. Thus, potential threats to the region were identified and grouped in the domestic and international fields, as well as their ability to influence in the region based on historical considerations, theoretical studies on security and defense, and the analysis of national high-level defense documents. Strategic areas were also identified, where the infrastructures and regions located on the river banks made it possible to economically leverage the region through the use of these waterways. Western Amazonian border ranges and demographic gaps have also been identified as strategic areas. Finally, the contributions to the naval strategy proposal considered the riverine operation as the basis for preparation and employment of the Naval Power in this region, as it is the main naval operation for the particular scenario, as it can only be conceived by the integration of naval, naval air and marine means.

Key words: Naval Strategy, Western Amazon, Naval Power, Riverine Operations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Áreas Focais da Amazônia Ocidental.....	86
Figura 2 – Terras Indígenas na Amazônia Ocidental.....	87
Figura 3 – Regiões dos Rios Solimões e Javari.....	87
Figura 4 – Hidrovias Madeira e Amazonas	88
Figura 5 – O agronegócio do Cone Sul e os rios de Rondônia.....	88
Figura 6 – Principais Rios da Amazônia Ocidental	89
Figura 7 – Polos de Intercâmbio entre os Estados Amazônicos.....	89
Figura 8 – Produção e Exportação do agronegócio pelo Arco Norte em 2014.....	90
Figura 9 – Produção e Exportação do agronegócio pelo Arco Norte em 2017-2018.....	90
Figura 10 – Distribuição dos Polos de Atendimento pelas calhas dos rios amazônicos.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO –	Ações cívico-sociais
AHoFlu –	Avisos Hidroceanográficos Fluviais
ARC –	Armada de República da Colômbia
ARib –	Área Ribeirinha
ASSHOP –	Assistências Hospitalares
BNVC –	Base Naval de Val de Cães
CBA –	Centro de Biotecnologia da Amazônia
COTECMAR –	Corporação de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da Indústria Naval Marítima e Fluvial (Tradução nossa)
C2 –	Comando e Controle
C5ISR –	Sistemas de comando, controle, comunicações, computação, combate, inteligência, vigilância e reconhecimento
EB –	Exército Brasileiro
EMGEPRON –	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END –	Estratégia Nacional de Defesa
ENRN –	Estação Naval do Rio Negro
EUA –	Estados Unidos da América
FA –	Força(s) Armada(s)
FAB –	Força Aérea Brasileira
FARC –	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
ForTaRib –	Força-Tarefa Ribeirinha
IBAMA –	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio –	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPA –	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
LCF –	Linhas de Comunicação Fluviais
LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
LH –	Levantamento(s) Hidrográfico(s)
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
NASH –	Navio de Assistência Hospitalar
NHoFlu –	Navios Hidroceanográficos Fluviais
OBNAV –	Objetivo Naval
OpRib –	Operação(ões) Ribeirinha(s)
PAEMB –	Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil
PEM –	Plano Estratégico da Marinha
PETROBRAS –	Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
PIN –	Programa de Integração Nacional
PND –	Política Nacional de Defesa
PPA –	Plano Plurianual
SARP-E –	Sistema de aeronaves remotamente pilotadas embarcadas
SEN –	Sistema de Ensino Naval
SIMA –	Serviços Industriais da Marinha do Peru (Tradução nossa)
SIPAM –	Sistema de Proteção da Amazônia
SISFRON –	Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras
SisGAAz –	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SPAN –	Sistemática de Planejamento de Alto Nível

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

UHE – Unidade(s) Hidrelétrica(s)

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	SEGURANÇA E DEFESA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL	14
2.1	Breve histórico dos interesses na região amazônica	14
2.2	Estudo teórico sobre segurança e defesa	17
2.3	Documentos nacionais de defesa de alto nível	20
2.4	Possíveis ameaças à segurança e à defesa da Amazônia Ocidental	23
3	ÁREAS ESTRATÉGICAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL	36
4	ESTRATÉGIA NAVAL PARA O CENÁRIO AMAZÔNICO OCIDENTAL	51
5	CONCLUSÃO	72
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE – Áreas Focais da Amazônia Ocidental	86
	ANEXO A – Áreas Vulneráveis na Amazônia Ocidental	87
	ANEXO B – Áreas Estratégicas na Amazônia Ocidental	88
	ANEXO C – Crescimento Econômico do Arco Norte	90
	ANEXO D – Polos de Saúde na Amazônia	91

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região que desperta interesses desde o descobrimento do Brasil (MATTOS, 2011). Esta região teve seu território ampliado, a partir da União Ibérica (1580-1640), através de ações políticas e estratégicas adotadas pelos portugueses para mantê-la, em função das ameaças estrangeiras (BECKER, 2015; MATTOS, 2011; TAVARES, 2011).

A partir da independência do Brasil (1822), este Estado herdou e procurou utilizar as políticas e as estratégias lusas de manutenção da Amazônia, a qual voltou a tornar-se relevante e mais valorizada pela produção e exportação da borracha (1840-1920 e 1942-1945) (BECKER, 2015; MATTOS, 2011). Entretanto, após a decadência do ciclo deste produto, esta região foi negligenciada, levando o Estado brasileiro a planejar formas para integrá-la ao resto do País, a partir dos anos de 1950 (MATTOS, 2011). Estas ações políticas e estratégicas só foram efetivadas, a partir da década de 1960, em função das ameaças oriundas da Guerra Fria (1947-1991), que possibilitaram alavancar a região, socioeconomicamente, anos mais tarde (MATTOS, 2011; TAVARES, 2011).

Após o fim da Guerra Fria (1991), as novas ameaças¹ começaram a entrar na agenda de segurança mundial, condicionando os Estados a desenvolver metodologias apropriadas para suas realidades, já que tais problemas eram de natureza não só militar, mas também política, econômica, social e ambiental (BUZAN *et al.*, 1998; VILLAS BÔAS, 2013).

Nesse sentido, na década de 1990, as Forças Armadas (FA) brasileiras iniciaram

¹ De acordo com Paiva (2015b, p. 120-121), foi um termo cunhado e imposto pelos aliados ocidentais após a queda da União Soviética. A partir do início dos anos 1990, não havendo mais ameaça de invasão a seus territórios, as “novas ameaças” eram, então: a degradação ambiental; as violações aos direitos humanos e das minorias – onde se insere a Questão Indígena –; os problemas sociais; o terrorismo; a proliferação de armas de destruição em massa; os ilícitos transnacionais; a insegurança energética, a insegurança global e outras.

grandes rearticulações estratégicas em direção à Amazônia brasileira, sejam em recursos humanos e equipamentos como maior presença através de adestramentos e exercícios (MATTOS, 2011; VIDIGAL, 2002). Desta forma, a Marinha do Brasil (MB) buscou estar presente na região com a aplicação do Poder Naval por meio de adestramentos e exercícios simulados de operações ribeirinhas (OpRib)² (BARREIRA, 2018; VIDIGAL, 2002).

Ao chegar o século XXI, houve redução do emprego operacional do Poder Naval na Amazônia, em particular pelo contingenciamento de recursos, aumento de demandas determinadas pelo nível político e por outras prioridades estabelecidas pela Força, limitando a possibilidade de estabelecer uma estratégia naval apropriada para região (MARQUES, 2007; VIDIGAL, 2002). Simultaneamente, as ameaças de diversas naturezas ganharam força, em particular o narcotráfico, as organizações criminosas, os danos ambientais, os fluxos migratórios, além da presença constante de potências militares e econômicas nas proximidades da Amazônia Ocidental (FILHO, 2015b; FRANCHI, 2019; MOREIRA, 2018; VIDIGAL, 2018b).

Considerando a Amazônia Ocidental, pode-se afirmar que ela é a porção onde o Estado brasileiro deve enfatizar suas políticas e estratégias de defesa, em virtude de: ser considerado um dos últimos eldorados mundiais³; possuir a maior extensão de fronteiras com demais Estados amazônicos; ser detentora das maiores reservas de recursos naturais estratégicos para o século XXI, como água, minerais e a biodiversidade; e contar com a presença de diversas ameaças à soberania e ao desenvolvimento do País (AMIN, 2015; BECKER, 2015; MATTOS, 2011).

Diante dessa conjuntura, houve a formulação de documentos de defesa de alto

² A Operação [...], que pode ser conjunta ou singular, é aquela realizada com o propósito de obter e manter o controle de parte ou toda uma Área Ribeirinha, ou para negá-la ao inimigo (BRASIL, 2017, p. 3-17).

³ Becker (2015, p. 437) afirma que o planeta terra possui três eldorados: a porção ocidental da Amazônia, os fundos marinhos e o continente antártico.

nível, como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), no sentido de estabelecer orientações e diretrizes à expressão do Poder Militar, em especial às FA brasileiras, além de envolver setores da sociedade, descrevendo a Amazônia como uma das áreas prioritárias de segurança e defesa do Estado brasileiro (COSTA, 2009; MATTOS, 2011; VILLAS BÔAS, 2013).

No âmbito da MB, em período recente, houve a aprovação da Política Naval, que condicionou a atualização do Plano Estratégico da Marinha (PEM), o qual está em processo de aprovação (BRASIL, 2019a). Nesse contexto, o primeiro documento faz orientações que podem ser utilizadas plenamente na defesa da Amazônia pelo Poder Naval. Já o PEM (BRASIL, 2019a) faz menções exclusivamente à Amazônia Azul no Atlântico Sul, não havendo detalhes em relação à região amazônica.

Como o cenário amazônico é dominado por cursos d'água, o Poder Naval teve, tem e terá importância vital em sua defesa por meio do planejamento e execução de operações singulares⁴, conjuntas⁵, interagências⁶ ou combinadas⁷ (BRASIL, 2018). Assim, estas operações serão viabilizadas através das OpRib, uma vez que os efeitos de suas ações nos níveis táticos e operacionais trarão resultados nos níveis estratégicos e políticos (BARREIRA, 2016). Nesse sentido, esse trabalho tem o objetivo de formular uma proposta estratégica ao Poder Naval brasileiro na Amazônia Ocidental, de forma a prepará-lo para futuro emprego.

Para tal, no Capítulo 2, serão identificadas as possíveis ameaças à região em

⁴ São operações desenvolvidas por apenas uma das FA (BRASIL, 2017, p. 2-4).

⁵ São operações caracterizadas pelo emprego coordenado de elementos de mais de uma Força Singular nacional, com propósitos interdependentes ou complementares, mediante a constituição de um Comando Conjunto (BRASIL, 2017, p. 2-4).

⁶ São operações caracterizadas pela interação das FA com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. Nesse contexto, agência é uma organização ou instituição com estrutura e competência formalmente constituídas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, nacional ou internacional (BRASIL, 2017, p. 2-4).

⁷ São operações empreendidas por elementos ponderáveis de FA multinacionais, operando sob um só comando (BRASIL, 2017, p. 2-4).

questão, nos campos internos e externos do País, sendo alcançadas: pela descrição de um breve histórico sobre segurança e defesa da Amazônia, com ênfase à sua porção ocidental; por um estudo teórico sobre as questões de segurança, obtendo os conceitos que se moldem ao cenário ribeirinho em estudo; e pela análise desses conhecimentos à luz dos documentos de defesa de alto nível, como a PND, a END, a Política Naval e o PEM.

No Capítulo 3, em virtude de interesses diversos em relação à região, serão identificadas as áreas estratégicas da Amazônia Ocidental dentro de cada vocação socioeconômica valorizada pelas hidrovias. Para tal, será descrito o conceito de área estratégica e a sua aplicação histórica, desde a colonização portuguesa até os dias correntes, identificando as ações políticas e estratégicas de Estado adotadas, as quais possibilitaram preservar as dimensões territoriais da região até os dias de hoje.

No Capítulo 4, serão identificados os principais conceitos de uma metodologia nacional para formulação de planejamento estratégico, limitando-os aos campos das aspirações e vulnerabilidades nacionais bem como das operações militares. A partir daí, será formulada uma proposta estratégica ao Poder Naval na Amazônia Ocidental por meio de análise da metodologia citada, considerando as orientações e diretrizes contidas nos documentos de alto nível de defesa, bem como as possíveis ameaças e suas interferências nas áreas estratégicas da região em questão.

Por fim, o Capítulo 5 traz conclusões detalhando as principais ações que contribuirão para implementação dessa proposta estratégica à MB no cenário ribeirinho em estudo.

2 SEGURANÇA E DEFESA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A Amazônia, em virtude de suas riquezas reais e potenciais, despertou e desperta interesses, sendo considerada uma das áreas vitais⁸ ao País (BRASIL, 2018; MATTOS, 2011). Entretanto, a porção ocidental desta região chama a atenção, em função dos seguintes atributos e desafios: ser um dos últimos eldorados mundiais (BECKER, 2015); dispor do maior potencial de água doce do planeta terra (AMIN, 2015; BECKER, 2015; DE LIMA *et al.*, 2018); possuir a maior extensão de faixa de fronteira da região Norte (PAIVA, 2015a); e contar com um vazio demográfico nos dias atuais (PAIVA, 2015a; VILLAS BÔAS, 2013).

Diante disso, os aspectos relacionados à segurança e à defesa da Amazônia Ocidental serão apresentados a seguir, de forma que ao final deste capítulo sejam identificadas as possíveis ameaças a esta região brasileira.

2.1 Breve histórico dos interesses na região amazônica

Pode-se inferir que os interesses pela Amazônia tiveram seu ponto de partida no período da União Ibérica, haja vista a possibilidade de imobilidade política-estratégica dos portugueses, que poderia inviabilizá-los de defender seus territórios ultramarinos. Assim, holandeses, britânicos e franceses iniciaram suas empreitadas na região de ordem econômica, as quais contavam com o apoio direto do braço militar (MATTOS, 2011; TAVARES, 2011).

No entanto, em plena União Ibérica, o pensamento político-estratégico português foi colocado em prática na Amazônia, realizando feitos hercúleos para mantê-la através de fortes, que foram criados em posições estratégicas, nas margens dos principais rios (BECKER, 2015; MATTOS, 2011). Nessa concepção, o Forte do Presépio foi construído na

⁸ Área onde se acham localizadas instalações importantes, civis ou militares, cuja destruição ou danificação pelo inimigo terá um efeito adverso, seja sobre o potencial de guerra do país, seja sobre as operações militares (BRASIL, 2015b, p. 36).

margem direita da foz do rio Amazonas, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, dando origem à cidade de Belém (MATTOS, 2011; TAVARES, 2011). A partir daí, outros fortes foram erigidos em Gurupá⁹ e Macapá, respectivamente, em 1623 e 1636 (TAVARES, 2011). Todas essas realizações ousadas proporcionaram condições para o maior empreendimento da União Ibérica sob a direção de Pedro Teixeira (1575-1640), garantindo, posteriormente, porção territorial considerável da Amazônia sob a soberania lusitana e, mais tarde, brasileira. Nessa façanha, Pedro Teixeira comandou uma expedição que navegou de Belém, na foz do rio Amazonas, chegando até a cidade Quito¹⁰, entre 1636 a 1637 (LOUREIRO, 2016). Nesta expedição, foram colocados marcos reais de posse dessas terras inexploradas, além de assegurá-las através do estabelecimento de outros fortes ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes (TAVARES, 2011). Tais ações demonstraram uma visão geopolítica¹¹ extraordinária, comprovando a posse da Amazônia à coroa portuguesa anos mais tarde, por ocasião da delimitação de fronteiras com a Espanha, pelos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) (MATTOS, 2011; TAVARES, 2011).

O legado de ocupação da Amazônia foi continuado pelo Marques de Pombal (1699-1782), durante o século XVIII, com a criação de outros fortes nas margens do rio Amazonas e de seus afluentes, além de incentivar a navegação lusa nestes rios e desenvolver ações para dinamizar a economia regional (MATTOS, 2011; TAVARES, 2011), que serão apresentadas no Capítulo 3.

Em virtude da crescente produção da borracha, no século XIX, a porção ocidental amazônica começa a ganhar relevo, havendo pressões externas, em particular de norte-

⁹ Uma localidade existente até os dias de hoje no Estado do Pará (Nota do Autor).

¹⁰ Capital do Estado do Equador (Nota do Autor).

¹¹ Apesar do conceito de Geopolítica ter surgido no século XIX com o professor sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), verifica-se que tal definição mostra-se apropriada às ações adotadas pelos portugueses em relação à Amazônia, devido à associação da política lusa às relações entre os territórios, os habitantes e as atividades econômicas da região em questão (MATTOS, 2011), o que levou o General Meira Mattos considerá-la em suas obras.

americanos e britânicos, para que o Brasil permitisse a navegação internacional do rio Amazonas, o que possibilitaria a ampliação do escoamento deste produto por empresas estrangeiras (BECKER, 2015; MATTOS, 2011). Para atender tais clamores externos, seriam necessárias algumas ações políticas e estratégicas por parte do Império brasileiro. Assim, houve deslocamentos de efetivos militares para região, em particular meios navais, para respaldar as demarcações de fronteiras da porção ocidental através de ações diplomáticas, antes de o Estado brasileiro autorizar a abertura do rio Amazonas à navegação internacional (MOREIRA, 2018; VIDIGAL, 1983).

Em função da pujança econômica do ciclo da borracha, houve grandes movimentos migratórios de brasileiros em direção à região boliviana do Acre, que causou desentendimentos acirrados entre estes e o Estado da Bolívia (ALBUQUERQUE, 2002; MATTOS, 2011). Nesse sentido, a convivência entre esses atores ficou insustentável, levando a embates entre os seringueiros brasileiros, liderados por Plácido de Castro (1873-1908), e as FA bolivianas, em 1902 (GAMA E SILVA, 2004). Apesar deste conflito não ter o envolvimento direto entre os dois Estados em questão, nota-se que houve uma preocupação do Governo brasileiro em defender seus interesses no Acre pelo envio de tropas e meios navais para região, de forma a permitir uma negociação apropriada e respaldada pelo poder institucional das armas (ALBUQUERQUE, 2002; BITTENCOURT, 2018).

A crise em questão só foi distendida pela negociação chefiada pelo Barão do Rio Branco (1845-1912), que buscou a compra do Acre junto ao governo boliviano, concretizando-a pelo Tratado de Petrópolis, em 1903 (ALBUQUERQUE, 2002; GAMA E SILVA, 2004; MATTOS, 2011).

O Estado brasileiro voltou a dar atenção à região amazônica na década de 1960, em função do surgimento e, principalmente, da possível ampliação de focos guerrilheiros de ideologia comunista neste vasto e longínquo espaço (TAVARES, 2011). Este assunto voltará

a ser abordado no Capítulo 3 deste trabalho.

Com o término da Guerra Fria, as preocupações com segurança e defesa do Estado brasileiro aumentaram, em particular, para proteger a região de possíveis intervenções estrangeiras na região, em função de suas riquezas reais e potencialidades socioeconômicas (MATTOS, 2011; VIDIGAL, 2018b; GAMA E SILVA, 2003). Neste século, outros atores não governamentais pertencentes às novas ameaças (BUZAN *et al.*, 1998) começaram a despontar na Amazônia Ocidental, tornando as questões de segurança e defesa complexas, o que condicionou e continua condicionando a necessidade de presença constante do Estado brasileiro na região (DA SILVA, 2019; FILHO, 2015a; VILLAS BÔAS, 2013). Nesse contexto, será realizado, a seguir, um estudo teórico resumido sobre tais questões com o objetivo de obter os conceitos úteis ao cenário ribeirinho amazônico ocidental.

2.2 Estudo teórico sobre segurança e defesa

A Escola de Copenhague ganhou relevância, após o fim da Guerra Fria, por estudar questões de segurança e defesa associadas às ameaças multifacetadas, que não eram plenamente identificáveis e compreensíveis às sociedades mundiais (BUZAN *et al.*, 1998; TANNO, 2003). Nesse contexto, esse colegiado ampliou gradualmente sua visão abrangente sobre as origens das ameaças, passando a considerá-las de diversas naturezas, a saber: militar, política, social, econômica e ambiental (BUZAN *et al.*, 1998). Cabe destacar, também, que uma ameaça existencial varia de acordo com os níveis sistêmico ou global, regional e doméstico, bem como com os setores da sociedade relacionados com cada um dos níveis citados (BUZAN *et al.*, 1998).

Estudos e artigos da Escola de Copenhague proporcionaram o surgimento de novos conceitos para fundamentá-los como, por exemplo, securitização, a qual é utilizada e aceita plenamente pela academia brasileira voltada às questões de segurança (TANNO, 2003).

Dessa forma, um tema de qualquer natureza será securitizado caso tenha relevância interna ou externa, passando a ser considerado altamente político ou além desse nível, respectivamente, por atores governamentais e não governamentais (BUZAN *et al.*, 1998). Ou seja, a securitização é um processo intersubjetivo e construído socialmente que serve para identificar uma ameaça existencial (real ou perceptiva) para adotar-se ação estratégica de segurança¹², posteriormente (BUZAN *et al.*, 1998). Nesse processo, caso uma ameaça seja identificada e não haja nenhuma ação dos agentes securitizadores e funcionais, os quais estão voltados para enfrentá-la, é provável que o objeto referente¹³, que se deseja proteger, seja extinto ou tenha prejuízos elevados (BUZAN *et al.*, 1998). Dentro dessas considerações, é lícito afirmar que securitização e segurança são conceitos interdependentes e complementares.

De acordo com Buzan (1991), um Estado é composto por três componentes, a saber: parte física; identidade dele próprio; e instituições dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Dentro dessa divisão, a base física é caracterizada pela população e o território, além das riquezas produzidas e recursos naturais e artificiais disponíveis (TANNO, 2003). A identidade do Estado é caracterizada pela uniformidade de idioma, costumes, cultura, dentre outras características, que formam a ideia de Nação (BUZAN, 1991). Já o último componente proporcionará condições de governabilidade ao Estado por meio de leis, políticas e normas, além de instituições para viabilizá-las (TANNO, 2003). Considerando esses componentes, Buzan (1991) alerta que o Estado deve considerar, primordialmente, o campo interno ou

¹² Segurança, na melhor das hipóteses, é um tipo de estabilização de relações conflituosas ou ameaçadoras, frequentemente por meio da mobilização emergencial do Estado. Uma relação segura pode conter sérios conflitos (BUZAN *et al.*, 1998).

¹³ Para Buzan *et al.* (1998), há interações entre as naturezas das ameaças com os objetos referentes, conforme a relação abaixo descrita:

- militar: o Estado ou parte deste;
- político: princípios constitutivos (soberania, ideologias) ameaçados por questionamentos de legitimidade, reconhecimento ou autoridade;
- social: identidades coletivas;
- econômica: sobrevivência da população; e
- ambiental: relação entre as atividades humanas de qualquer ordem e o meio ambiente.

doméstico quando se tratar de questões de segurança e defesa.

No campo regional, desenvolveu-se o conceito da Teoria de Complexo de Segurança Regional¹⁴, cuja teoria surgiu em função da situação anárquica do sistema internacional, favorecendo a aproximação entre os atores governamentais e não governamentais, regionalmente, com o objetivo de resolver ameaças transfronteiriças (BUZAN; WAEVER, 2007). Cabe destacar, ainda, que as abolições destas ameaças poderão variar de acordo com as análises das relações de poder entre esses atores, além de seus laços de amizade ou proximidade e inimizade (BUZAN; WAEVER, 2007).

No campo global, Buzan e Waever (2009) constataram que a securitização de um tema neste nível poderia influenciar os níveis regionais e internos. Diante disso, passaram a denominar securitização como macrossecuritização, como, por exemplo, a ameaça do terrorismo associado ao narcotráfico ou ao crime organizado (BUZAN; WAEVER, 2009).

Por fim, uma ameaça só será considerada como tal se estiver identificada no discurso oficial do agente securitizador, ou em outras palavras, constar no seu aparato legal e documentos de segurança e defesa (BUZAN *et al.*, 1998). Assim, uma ameaça será mitigada ou extinta através de leis, políticas, dentre outras, as quais proporcionaram condições ao agente funcional (instituição coercitiva operacional do Estado) enfrentar tal problema. No caso de questões de segurança e defesa do Brasil, as ameaças deverão ser identificadas nos documentos de defesa de alto nível, como, por exemplo, a PND, a END, a Política Naval e o PEM.

¹⁴ É definido “[...] como um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização e dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada” (BUZAN; WAEVER, 2007, p. 44).

2.3 Documentos nacionais de defesa de alto nível

Após os estudos teóricos sobre segurança e defesa, serão analisados os documentos de defesa de alto nível do Brasil, de acordo com os seus níveis de planejamento¹⁵, verificando se este Estado identifica ameaças à Amazônia Ocidental em seu discurso (BUZAN *et al.*, 1998).

Atualmente, a PND prioriza a Amazônia, o Atlântico Sul e as áreas de maior concentração populacional e dos poderes político e econômico (BRASIL, 2018). Sobre a Amazônia, esse documento descreve o baixo índice demográfico, as faixas de fronteiras, as dificuldades de acesso a determinadas áreas da região, a riqueza dos recursos naturais e o potencial da biodiversidade e hidrelétrico, aduzindo a presença do Estado brasileiro para continuidade da sua integração e seu desenvolvimento (BRASIL, 2018). Cabe, ainda, destacar que o documento faz menção às ameaças de cunho híbrido¹⁶, além daquelas associadas às questões de natureza militar, política, social, econômica e ambiental, sem identificá-las claramente (BRASIL, 2018).

Para enfrentar as possíveis ameaças enunciadas na PND, a END descreve que a foz do rio Amazonas deve ser priorizada através das capacidades, estratégias e ações estratégicas de defesa para Amazônia. Descreve, ainda, que o Poder Naval contribuirá com a prioridade citada, além de aumentar sua presença no rio Amazonas e seus afluentes e controlar as margens destes cursos d'água através de OpRib viabilizadas pelo conjugado

¹⁵ Para atender as demandas de defesa do Estado brasileiro, o preparo e emprego do poder militar compreendem três níveis de planejamento: nacional, formado pelas mais altas autoridades do País; setorial, constituído pelo Ministério da Defesa (MD) e demais órgãos com responsabilidades diretas pela defesa; e subsetorial, composto pelas FA (BRASIL, 2019b, p. 48).

¹⁶ É um conceito cada vez mais adotado para a definição de novos conflitos do século XXI, frequentemente chamados de “conflitos do futuro”, em que ações de combate convencional são aglutinadas, no tempo e no espaço, com operações de natureza irregular, de guerra cibernética e de operações de informação, dentre outras, com atores estatais e não estatais, no ambiente real e informacional, incluindo as redes sociais. Sua natureza realça características dos conflitos contemporâneos e tornam a definição das missões das Forças Armadas muito mais complexa, dinâmica e sofisticada (BRASIL, 2018, p. 9).

anfíbio – integração dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais (BRASIL, 2018).

Considerando a OpRib, pode-se afirmar que ela foi, é e continuará sendo a principal operação naval do Poder Naval na Amazônia, que é concretizada pelo conjugado anfíbio na defesa de áreas estratégicas, além de proporcionar condições para atender, de forma simultânea, outras operações navais e atividades operativas de emprego limitado da força e benignas diante de quaisquer ameaças, desafios ou necessidades do cenário em questão (BARREIRA, 2018; BRASIL, 2017; PIMENTEL JUNIOR, 2012).

Utilizando as experiências recentes e reais da aplicação desta operação naval por parte da Armada de República da Colômbia (ARC), a Alta Administração da MB planejou a obtenção de meios operativos e de apoio específicos à Amazônia por meio da formulação do Plano de Articulação e Equipamento da Força (PAEMB) em 2009 (PIMENTEL JUNIOR, 2012), o qual foi atualizado em 2013 (BRASIL, 2013). Em função da crise econômica que assola o País, a Alta Administração Naval substituiu este Plano pelo Estudo do Poder Naval Mínimo Aceitável, possibilitando preparar e empregar os meios da MB dentro da realidade dos recursos disponíveis, além de suas projeções futuras para viabilizar o uso desta Força (RODRIGUES, 2019). Nesse contexto, houve necessidade de adequar as obtenções de meios da MB na Amazônia, em particular aqueles voltados para OpRib, permitindo que o Poder Naval possa cumprir sua missão constitucional na região.

Depreende-se, nesse sentido, que a END enfatiza as OpRib como base de preparo e emprego do Poder Naval na Amazônia, possibilitando o alcance das capacidades de proteção¹⁷, pronta resposta¹⁸ e dissuasão¹⁹ na porção ocidental da região.

¹⁷ Ela exprime o mais relevante objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial (BRASIL, 2018, p. 18).

¹⁸ Visa prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada, evitando o engajamento do País em um conflito armado prolongado (BRASIL, 2018, p. 19).

¹⁹ Configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões (BRASIL, 2018, p. 19).

A END descreve, também, a necessidade de adoção de mecanismo de cooperação para resolver óbices em termos regionais (BRASIL, 2018). Nessa linha de raciocínio e em conformidade com a Teoria de Complexo de Segurança Regional, é lícito afirmar que a MB segue tal orientação através da Operação Combinada BRACOLPER Naval²⁰(BARREIRA, 2018).

No nível subsetorial, a MB possui a Sistemática de Planejamento de Alto Nível (SPAN), dentro da qual a Política Naval é o documento mais elevado (BRASIL, 2019a). Ao analisá-la, pode-se verificar que ela orienta, no primeiro Objetivo Naval (OBNAV) – contribuir para a Defesa da Pátria –, que o Poder Naval deve possuir capacidade e credibilidade para adensar a presença de seus meios na bacia amazônica, de forma que esteja preparado para fazer frente a uma crise interestadual e atuar contra as atividades ilícitas por parte de grupos adversos nas águas jurisdicionais brasileiras (BRASIL, 2019a). Pode verificar, também, que, no OBNAV de cooperar com o Desenvolvimento Social, este documento orienta que o Poder Naval seja empregado para proporcionar assistência médica e social em áreas remotas do País, contribuindo para atender as necessidades básicas das populações carentes aí estabelecidas, além de possibilitar a presença do Estado nesses rincões (BRASIL, 2019a). Em tese, esses OBNAV são e serão atendidos, no cenário amazônico, através de uma estratégia de presença constante do Poder Naval, assim como aqueles relacionados ao apoio à Política Externa nacional e aos aspectos doutrinários, de adestramento e de ampliação da consciência situacional das áreas de interesse.

O PEM, por sua vez, como um documento da SPAN e condicionado pela Política Naval (BRASIL, 2019b), não faz nenhuma alusão direta à segurança e à defesa da Amazônia.

²⁰ Esta operação foi iniciada em 1974 e contou com meios navais da MB, da ARC e da Marinha de Guerra do Peru. Nos últimos anos, uma das finalidades da BRACOLPER passou a ser o combate às atividades ilícitas transfronteiriças nos rios da Amazônia Ocidental, que influenciam negativamente e de forma quase simultânea os Estados brasileiro, colombiano e peruano (BARREIRA, 2018, p. 21).

Dessa forma, ao analisar os documentos de defesa de alto nível, constata-se que há a apresentação das possíveis ameaças à porção ocidental da Amazônia, apesar de serem genéricas. Constata-se, assim, a necessidade de identificação das ameaças reais e perceptíveis na região em questão para formulação de uma estratégia naval (VIDIGAL *et al.*, 2017).

2.4 Possíveis ameaças à segurança e à defesa da Amazônia Ocidental

Ao pensar nas possíveis ameaças à região em questão, é necessário uma reflexão sobre as ações implementadas por portugueses e, posteriormente, por brasileiros que possibilitaram a soberania do País sobre 55,07%²¹ de todo o território amazônico, que equivale a 44,65%²¹ do território nacional. Nesse sentido, as ameaças e os desafios continuam e tendem a aumentar, em função das complexidades a serem enfrentadas pelo Estado brasileiro, no que tange à segurança e à defesa da região (FILHO, 2015a).

Nesse ponto de vista, pode-se inferir que as possíveis ameaças à Amazônia Ocidental estão associadas às naturezas militar, político, econômico, social e ambiental (BUZAN *et al.*, 1998). Dessa forma, é vital que o Estado brasileiro e sua sociedade conheçam, acompanhem e efetivem ações para enfrentarem, de forma integrada, tais ameaças, pois elas não são problemas só governamentais.

As possíveis ameaças à região encontram-se agrupadas nos campos internos e internacionais (FILHO, 2015b), que serão apresentadas abaixo.

No campo interno, prioritário ao Estado brasileiro (BUZAN, 1991), as seguintes ameaças podem afetar a segurança e a defesa da região em lide e, conseqüentemente, do País, como: a falta de conhecimento da sociedade sobre as potencialidades e riquezas da região; a

²¹ Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc5.shtm. Acesso em 30 jul. 2019.

falta da presença do Estado com todas suas expressões de poder²² em partes da Amazônia; ordenamento jurídico do próprio Estado sobre questões ambientais e indígenas que se conflitam com as políticas públicas de ampliação da presença das expressões do Poder Nacional em determinadas áreas, inviabilizando o desenvolvimento do Estado; a presença cada vez maior de organizações criminosas, executando atividades ilícitas diversificadas na região; os fluxos migratórios em direção ao País; os danos ambientais; e os vazios demográficos.

Ao analisar a primeira ameaça interna ou doméstica, é lícito supor que o desconhecimento da importância da Amazônia ao Estado brasileiro também atinge parcela das FA brasileiras, inclusive da MB, conforme declarou o Almirante Vidigal em entrevista concedida a Marques (2007):

[...] A Marinha comete um erro no sentido de que ela sempre defendeu uma Marinha de águas azuis, a Marinha oceânica, e sempre desprezou a Marinha interiorana, a Marinha dos rios, esquecendo que a Guerra do Paraguai foi toda uma guerra fluvial, que as nossas grandes vitórias são fluviais: Riachuelo, passagem de Humaitá, tudo é fluvial. Na guerra da Cisplatina também, a passagem de Toneleros, tudo é fluvial. A Marinha se esquece do passado e se apoia numa Marinha oceânica. A gente entende isso, a Marinha oceânica é uma grande Marinha, uma Marinha que vai a qualquer lugar do mundo. Mas o nosso problema de defesa é tanto fluvial quanto marítimo, e nós não podemos abandonar nosso problema fluvial, mas a Marinha de uma certa forma o abandonou (VIDIGAL, 2007 *apud* MARQUES, 2007, p. 142-143).

Diante dessa consideração, é vital que a MB não coloque em segundo plano a defesa da Amazônia, já que historicamente esteve presente na região em diversas ações para preservar suas atuais dimensões como: as pacificações por ocasião da consolidação da independência e da Revolta da Cabanagem, respectivamente, em 1823 e 1835, no Pará (VIDIGAL, 1983); incidente entre autoridades brasileiras e navios peruanos, no Pará, em 1863, que motivou a criação da Flotilha do Amazonas em 1868 (VIDIGAL, 1983); contribuição com as ações políticas do Império brasileiro em definir diplomaticamente as

²² O Poder Nacional possui cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica (BRASIL, 2017, p. 1-1).

demarcações de suas fronteiras com demais Estados da região, que estavam associadas à futura abertura do rio Amazonas à navegação internacional, na década de 1860 (MATTOS, 2011; MOREIRA, 2018); a Questão do Acre, no período de 1902 a 1904 (ALBUQUERQUE, 2002; BITTENCOURT, 2018; MATTOS, 2011); a mediação durante o litígio de fronteira entre Colômbia e Peru, na região da Tríplice Fronteira do Solimões²³, em 1933 (VIVIANI SILVA, 2016); e a presença maior em operações singulares e conjuntas, a partir da década de 1990 até os primeiros anos de 2000 (BARREIRA, 2016; MARQUES, 2007; VIDIGAL, 2002).

Buzan e Waever (2007) descreveram que uma ameaça só seria existencial caso a cultura institucional e a própria instituição considerassem-na como tal, mesmo que ela conste no discurso do Estado (documentos de defesa de alto nível). Assim, é relevante que MB reforce a importância desta área vital por diversas maneiras, que estarão detalhadas no Capítulo 4 deste trabalho.

A segunda ameaça interna está relacionada à histórica falta de presença do Estado brasileiro na região (BECKER, 2015; MATTOS, 2011), que é diretamente influenciada pela primeira ameaça – a falta de conhecimento da Amazônia. Mesmo com inúmeras ações dos governos brasileiros, a partir da década de 1960, para mitigar esta ameaça (MATTOS, 2011), a região permaneceu limitada à presença de poucas expressões do Poder Nacional, possibilitando a expansão de ameaças de naturezas diversas à região (VILLAS BÔAS, 2013). Nesse contexto, a Amazônia Ocidental continua assolada por ameaças como os danos ambientais, a produção e o tráfico de drogas, a exploração irregular de recursos minerais, crimes transnacionais diversos, dentre outros associados a esses últimos.

Outra ameaça à Amazônia Ocidental é a localização de reservas indígenas nas

²³ Região de fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru banhada pelo rio Solimões (ABREU, 2016).

faixas de fronteiras²⁴ do Brasil com demais Estados amazônicos, que poderá se configurar em uma intimidação ao País nos campos internos e externos (PAIVA, 2015a; VILLAS BÔAS, 2013). Assim, de acordo com Pereira (2017), as seguintes terras indígenas enquadram-se na consideração citada: Raposa Serra do Sol e *Yanomami*, respectivamente, a nordeste e a noroeste do estado de Roraima; Alto rio Negro, a noroeste do estado de Amazonas; e Vale do Javari (FIG. 2 do Anexo A).

Cabe salientar que esta ameaça poderá ser resolvida por processos de securitização desenvolvidos em cooperação com os Estados fronteiriços da região, uma vez que este problema poderá afetá-los simultaneamente (BUZAN; WAEVER, 2007). No entanto, para tornar o problema em lide mais complicado, verifica-se que há amplo apoio jurídico do próprio Estado brasileiro às questões indígenas, o que impossibilita o desenvolvimento do País, principalmente do setor econômico, e até ações de soberania nacional (PAIVA, 2015a; VILLAS BÔAS, 2013). Diante desse desafio, aliado às possibilidades de intervenção internacional na Amazônia com o pretexto de defender os Direitos dos Povos Indígenas²⁵, torna-se vital a presença constante dos representantes de segurança e defesa, bem como de outras expressões do poder do Estado brasileiro nessas reservas, podendo contar inclusive com a presença de representantes dos Estados fronteiriços a essas áreas.

Uma ameaça real, e talvez a mais perigosa, na Amazônia Ocidental é a presença de grupos ou organizações criminosas, empregando ações estratégicas e táticas de conflito ou

²⁴ Monteiro (2009, p. 313) descreve as diferenças entre faixa de fronteira e zona de fronteira, onde a primeira é [...] uma concepção de *jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado [...], enquanto a segunda é um espaço de integração de Estados fronteiriços caracterizado por interações sociais, econômicas e culturais entre as populações que habitam estas regiões, respeitando aos limites internacionais.

²⁵ Novo espaço internacional e nacional no qual os povos indígenas poderão continuar a luta tanto para melhorar quanto para mudar a situação de discriminação e opressão a que têm estado submetidos nos últimos séculos no seio dos diferentes Estados Nacionais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclUniDirPovInd.html>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

guerra irregular²⁶, pois a região apresenta todas as condicionantes para seu desenvolvimento como: ausência dos poderes estatais em determinadas partes do cenário amazônico (BECKER, 2015; MATTOS, 2011); ampla rede fluvial (BECKER, 2015; MATTOS, 2011); áreas de homizio proporcionadas pela selva (VISACRO, 2009); e proximidade a países fronteiriços com atividades ilícitas similares (VIDIGAL, 2018a; VILLAS BÔAS, 2013; VISACRO, 2009).

Uma prova disso e que não pode ser esquecida, foi o ataque das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) a um destacamento de fronteira do Exército Brasileiro (EB), em 1991, no rio Traíra (VISACRO, 2009). Ocorreram, também, no final da década de 1990 e no início do século XXI, concentrações de meios das FA brasileiras em localidades da faixa de fronteira com a Colômbia, devido às informações de possíveis ações adversas desse grupo que não se concretizaram (MONTEIRO, 2009). Foram necessárias, também, coordenações antecipadas com as FA colombianas, de forma a maximizar as ações desses dois Estados contra as FARC (MONTEIRO, 2009).

Outro aspecto que o Estado brasileiro deve considerar, é a capacidade de comando e controle (C2)²⁷ que as organizações criminosas demonstraram em conduzir ações de conflito irregular contra as instituições públicas e privadas nos estados de São Paulo (em 2006 e 2012), Rio de Janeiro (em 2006, 2010, 2017 e 2018), Santa Catarina (em 2012, 2013, 2014 e 2017) e Ceará (2019), além de aterrorizar as populações das capitais dessas Unidades da Federação com diversas ações terroristas e determinar rebeliões sanguinárias em presídios nacionais (VISACRO, 2019). Os meios, que possibilitam esta capacidade, estão cada vez

²⁶ É um conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais convencionais, contra um governo estabelecido (BRASIL, 2015b, p. 136).

²⁷ Apesar das literaturas atuais de âmbito nacional e internacional sobre o assunto utilizarem os sistemas de comando, controle, comunicações, computação, combate, inteligência, vigilância e reconhecimento (C5ISR), este trabalho irá considerar todos estes sistemas genericamente como C2, pois, na essência, eles estão voltados para esses fins, ou seja, C2 (COSTA, 2009, p. 486).

mais sofisticados e de fácil acesso a qualquer pessoa, de forma que esses grupos possam controlar tais ações em tempo real (VISACRO, 2018). Aliado a isso, pode-se afirmar que as organizações criminosas originadas na Amazônia Ocidental estão crescendo e aumentando suas atividades na região, devido à perda de poder das FARC pelo sucesso do Plano Colômbia²⁸ (DA SILVA, 2019). Desta forma, constata-se disputas acirradas destas organizações com grupos ilícitos tradicionais de São Paulo e Rio de Janeiro pelos mercados, produções, insumos, rotas e transportes ligados ao tráfico de drogas da porção amazônica ocidental.

Considerando a capacidade de C2 desses grupos adversos, surge como uma possível ameaça, que poderá causar danos a diversos setores do Estado brasileiro, a saber: a guerra cibernética²⁹ ou ciberguerra. De acordo com Maynard (2018), as ações hostis com uso de redes de computação são típicas de conflitos de baixa de intensidade³⁰ realizadas por atores não estatais com objetivo de atrair a atenção do mundo para suas causas. Essas ações são denominadas de *netwar* ou guerra em rede (MAYNARD, 2018), apresentando a seguinte diferença básica em relação à ciberguerra: seu alvo é a obtenção das percepções da sociedade desejada e do mundo, enquanto a última objetiva os sistemas de informação do oponente (ARQUILLA; RONFELDT, 1996). Maynard (2018) evidencia que a ciberguerra poderá ser utilizada por atores não estatais, apesar ser potencialmente empreendida por agentes estatais, em função do uso das redes interligadas de computadores. Dentro dessa ótica, verifica-se a interligação e a ampliação dessas ameaças por uma infinidade de atores adversos. Apesar da

²⁸ Plano bilateral entre os governos dos Estados Unidos da América (EUA) e da Colômbia, iniciado em 1999, para atingir quatro objetivos: a) negociação com grupos armados; b) luta contra o narcotráfico; c) recuperação econômica e social; e d) desenvolvimento institucional (MONTEIRO, 2009, p. 315).

²⁹ Corresponde ao uso ofensivo e defensivo de informação e sistemas de informação para negar, explorar, corromper, degradar ou destruir capacidades de C2 do adversário, no contexto de um planejamento militar de nível operacional ou tático ou de uma operação militar (BRASIL, 2015b, p. 134).

³⁰ Confronto limitado, violento, no qual, pelo menos, um dos lados não utiliza sua capacidade total. É caracterizado por ações assimétricas, onde um dos lados adota medidas de terror e guerrilha, na área de conflito [...], procurando, desta maneira, atingir seus objetivos políticos (BRASIL, 2015b, p. 71).

diferença entre os dois conceitos, eles serão considerados como ciberguerra para facilitar o entendimento dessas ameaças nesse estudo.

Assim, a viabilização da ciberguerra é barata e de difícil identificação, permitindo seu uso por qualquer ator, inclusive por Estados, como nos casos: da Rússia à Estônia, em 2007, e à Geórgia, em 2009; e dos Estados Unidos da América (EUA) e Israel ao Irã, em 2010 (MAYNARD, 2018). Cabe frisar que estes ciberataques foram negados veementemente por esses Estados (MAYNARD, 2018). Nesse contexto, pode-se afirmar que a ciberguerra é uma ameaça possível a ser utilizada por forças adversas na Amazônia Ocidental, em particular pelas organizações criminosas, haja vista as capacidades de C2 já demonstradas eficazes.

É lícito afirmar, ainda, que essas organizações criminosas estão ligadas a narcotraficantes dos países amazônicos, em função da proximidade geográfica e das redes fluviais que as conectam fisicamente (FILHO, 2015a; VIDIGAL, 2018b; VILLAS BÔAS, 2013). Essa ligação permite atividades cada vez mais lucrativas com o escoamento de produções de drogas para os EUA e Europa, trazendo a reboque outras atividades ilícitas como tráfico de armas, lavagem de dinheiro, assaltos, furtos e conexões com atividades terroristas (FILHO, 2015a; VISACRO, 2009; VILLA, 2014; VILLAS BÔAS, 2013).

Diante da atualização do conceito de securitização para macrossecuritização, pode-se afirmar que as considerações citadas anteriormente coadunam-se com tal reformulação conceitual, já que a expansão de ameaças no nível sistêmico ou mundial influenciam as securitizações inferiores nos níveis regionais e domésticas, haja vista a atenção norte-americana ao Plano Colômbia (BUZAN; WAEVER, 2009; VILLA, 2014).

A vulnerabilidade em questão não respeita fronteiras nem Estados nacionais, além das possibilidades de utilização forçosa da população ribeirinha como mão de obra em ações de conflito irregular, como ocorreu na Colômbia em anos anteriores (VISACRO, 2009). É possível, também, que esta população possa ser empregada em atividades ilícitas desses

grupos adversos pelo simples atendimento às necessidades ou carências prementes destas pessoas. Isso poderia ser um fator complicador para enfrentar esta ameaça, pois o ribeirinho ampliaria a capacidade de atuação dessas organizações pelo conhecimento *in loco* da região, além da possibilidade de influenciar sua comunidade em posicionamentos hostis à atuação estatal (VISACRO, 2009).

Diante de possíveis ações de conflito irregular realizadas por esses grupos adversos, é necessário conhecer suas origens, essências e formas de enfrentá-las, que não são simples nem tampouco estão disponíveis facilmente. Assim, Von Der Heydte (1972 *apud* VISACRO, 2009) apresenta que não há definição clara para o conflito irregular, em função do pensamento castrense considerar como guerra ou conflito armado aquele caracterizado pelo confronto estatal entre grandes unidades militares, com soldados uniformizados manuseando meios de destruição. Ou seja, qualquer embate que não apresentasse tais características, não seria conflito armado. Nesse sentido, o conflito irregular, apesar de existir desde os primórdios, só veio a ser estudado com ênfase no século XX, podendo causar a não percepção de ameaça com tais características pela sociedade e pelas instituições estatais (VISACRO, 2009). Diante dessa constatação, é lícito supor o surgimento de *black spots* ou buracos negros, que são áreas ausentes de governança estatal, além de serem desconhecidas pelas autoridades governamentais e pela sociedade como um todo (STANISLAWSKI, 2008 *apud* SOUZA, 2012, p. 11). Esses buracos negros facilitariam as ações veladas de atores governamentais e de organizações criminosas utilizando estratégias de conflito irregular, o que torna a Amazônia Ocidental um campo fértil para tais ameaças.

Assim, é importante ressaltar que o desenvolvimento do conflito irregular é diretamente proporcional à ausência das expressões de poder do Estado nacional, já que sua

essência é a conquista de corações e mentes³¹ das populações locais (VISACRO, 2009). Nesse sentido, há um erro em só utilizar a coerção para fazer frente a este tipo de conflito, que não é entendida pelos governantes e pela sociedade como um todo (VISACRO, 2018). A força poderá ser utilizada, inicialmente, pelo Estado para manter a legalidade de uma determinada região, não resolvendo esses problemas complexos de forma isolada. Nessa linha de raciocínio, as ações governamentais deverão ser integradas e coordenadas pelas instituições representantes das expressões do Poder Nacional necessárias para cada área na Amazônia Ocidental. Uma expressão que é fundamental estar presente nesta região é a militar, com a participação constante do Poder Naval brasileiro, em virtude da predominância fluvial que caracteriza o cenário amazônico.

Os fluxos migratórios aumentaram, consideravelmente, em direção ao Brasil, nos últimos nove anos, tendo como porta de entrada a Amazônia Ocidental (BRAVO E PAIVA, 2019; FRANCHI, 2019). Esses movimentos de entrada no País deram-se pelo Acre, em 2010, por haitianos, em função do terremoto que assolou aquele Estado caribenho (BRAVO E PAIVA, 2019). Atualmente, a entrada de venezuelanos pelo estado de Roraima é a maior preocupação do Estado brasileiro, devido ao aumento do caos político, econômico e social daquele Estado, levando o País mobilizar as FA e órgãos federais para coordenarem esses fluxos de forma ordenada (FRANCHI, 2019). Nesse contexto, estes movimentos migratórios tornam-se ameaças à Amazônia Ocidental de natureza social, pois se não forem coordenadas pelo Estado poderão causar graves prejuízos ao campo interno, como o aumento de taxas de: problemas sanitários, violência, entrada ilegal de pessoas e produtos e outros associados a

³¹ De acordo com Visacro (2009, p. 216), a expressão “corações e mentes” tem como autor John Adams, o segundo presidente dos EUA (1797-1801) depois de ter sido vice-presidente de George Washington. Esta expressão foi resgatada e muito utilizada na campanha de contrainsurgência britânica na Malásia na década de 1950, cuja estratégia foi aplicada pelo General Harold Briggs para obter o apoio das populações locais contra as forças irregulares malaios. A partir daí, tal expressão se popularizou e vem sendo usada mundialmente para buscar o mesmo fim que os britânicos objetivavam, além de conquistar o apoio da opinião pública.

esses fluxos migratórios (FRANCHI, 2019). Assim, é necessário que as FA retirem as lições aprendidas da Operação Acolhida³² para preparação futura do Poder Naval em apoio a tais demandas na região.

A ameaça ambiental é outra realidade amazônica. Dessa forma, é fundamental que o Estado brasileiro fique atento à destruição indiscriminada da selva amazônica, em particular nas regiões Sul do Amazonas, na localidade de Humaitá, e porções ocidentais do Acre e do Amazonas, com destaques às cidades de Cruzeiro do Sul, Benjamin Constant e Tabatinga, respectivamente (PAIVA, 2015a; VILLAS BÔAS, 2013). É importante, também, a adoção de ações socioeducativas, além de econômicas para inserção dessa mão de obra em atividades lícitas (BECKER, 2015).

As reservas ambientais, também, são vitais para a Amazônia como um todo, haja vista a necessidade de preservação da biodiversidade única da região, além de evitar quaisquer contestações externas e perdas futuras ao Estado brasileiro (BECKER, 2015; VILLAS BÔAS, 2013). Assim, com objetivo de coibir tais irregularidades ambientais, as ações de segurança com o apoio das FA brasileiras deverão continuar e até serem ampliadas através das operações interagências.

O vazio demográfico é outra vulnerabilidade identificada na Amazônia Ocidental e que se relaciona diretamente com as ameaças e desafios já citados neste estudo (VILLAS BÔAS, 2013). Dentro dessa lógica, Calderón (2017) fez um estudo aprofundado sobre o assunto, renomeando-o de espaço vazio. Apesar deste estudo ter sido realizado para o caso colombiano, há semelhança à realidade da Amazônia Ocidental brasileira. Assim, Cohen (2009 *apud* CALDERÓN, 2017) define espaços vazios como:

[...] *áreas desprovidas de población, con pocas perspectivas de asentamiento*

³² Operação coordenada pelo MD, em parceria com as outras agências públicas e representantes da sociedade, a qual foi concebida, em 2018, com objetivo de acolher as pessoas dos fluxos migratórios oriundos da Venezuela (FRANCHI, 2019, p. 10).

*humano masivo; dependiendo de su ubicación y extensión, pueden proporcionar profundidad defensiva y sitios para pruebas de armas, y algunos son importantes como fuentes de recursos estratégicos (por ejemplo, minerales) y fuentes de ingreso para el Estado (por ejemplo, turismo)*³³ (COHEN apud CALDERÓN, 2017, p. 309).

Calderón (2017) entende que esses espaços podem ser áreas terrestres ou marítimas, incluindo os espaços aéreos sobrejacentes, sem qualquer governança do Estado, em função da dificuldade deste em desenvolver suas ações, aliado à presença de grupos adversos que desenvolvem atividades ilícitas e mantêm suas presenças pelo poder das armas.

Dentro desse conceito, há problemas que se relacionam com os espaços vazios nas regiões da Tríplice Fronteira do Solimões e do Vale do Javari (FIG. 3 do Anexo A), necessitando da atenção dos Estados brasileiro, colombiano e peruano (CARVALHO MARQUES; NOGUEIRA, 2017). O primeiro está relacionado à pesca e à comercialização irregulares, em particular de peixes lisos, conhecidos como bagres, que são pescados em águas brasileiras por embarcações brasileiras e colombianas e negociados na Colômbia, sem recolher os impostos devidos (CARVALHO MARQUES; NOGUEIRA, 2017). Isso ocorre devido à dificuldade de flagrante delito desse comércio ilegal, além da falta de fiscalização dos órgãos brasileiros afins (CARVALHO MARQUES; NOGUEIRA, 2017). O segundo problema está relacionado ao comércio e à passagem de drogas ilícitas pelo Vale do Javari, além da extração ilegal de madeira (CARVALHO MARQUES; NOGUEIRA, 2017). Este último ilícito ocorre em terras brasileiras com comercialização irregular para o lado peruano, apresentando solução complexa pela imprecisão da fronteira fluvial, aliada à impossibilidade de flagrante delito (CARVALHO MARQUES; NOGUEIRA, 2017).

Assim, torna-se necessário o Estado brasileiro identificar, acompanhar e controlar esses espaços vazios pelo emprego de todas as expressões do Poder Nacional na Amazônia

³³ [...] áreas desprovidas de população, com poucas perspectivas de assentamento humano massivo; dependendo de sua localização e extensão, podem proporcionar profundidades defensivas e locais para provas de armas, e alguns são importantes como fontes de recursos estratégicos (por exemplo, minerais) e fontes de ingresso para o Estado (por exemplo, turismo) (Tradução nossa).

(CALDERÓN, 2017). Na expressão militar, a MB, em virtude das características³⁴ do Poder Naval, é a FA brasileira com melhores condições de estar presentes nessas áreas (BARREIRA, 2018). Caso tenha que utilizar a coerção, poderá fazer uso das OpRib, minimizando-a pelas ações cívico-sociais (ACISO) e operações psicológicas³⁵.

No campo internacional, observa-se que os demais Estados sul-americanos, que detêm parcelas da Amazônia Ocidental, não dão a devida importância à área (FILHO, 2015a). Somado a isso, há problemas nesses países com atividades ilícitas, que transbordam para Amazônia brasileira, principalmente o narcotráfico (VILLAS BÔAS, 2013; VIDIGAL, 2018b), as quais serão resolvidas entre esses Estados de forma cooperativa, uma vez que estas ameaças são transnacionais (BUZAN; WAEVER, 2007).

Cabe destacar, ainda, que o Brasil tem um convívio pacífico com os Estados fronteiriços, na Amazônia Ocidental, pelos árduos trabalhos de portugueses e brasileiros, com destaque especial ao Barão de Rio Branco³⁶, que conseguiu pela via diplomática, na virada dos séculos XIX para XX, as faixas fronteiras vigentes na região até os dias de hoje (ALBUQUERQUE, 2002; MATTOS, 2011).

Ainda, no nível internacional, é importante destacar a presença dos EUA no continente sul-americano, nas bordas da Amazônia Ocidental, em apoio direto ao Plano

³⁴ São compostas pela: mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade. A mobilidade representa a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato. A permanência indica a capacidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões. [...] A versatilidade permite alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas, [...] em diferentes níveis de prontidão exigidos pelos vários cenários [...], além de poder participar de operações singulares ou conjuntas, bem como multinacionais. A flexibilidade significa a capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando seu emprego gradativo (BRASIL, 2017, p. 1-5).

³⁵ É uma operação naval que inclui as ações psicológicas e a guerra psicológica, compreende atividades políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar em grupos (inimigos, hostis, neutros e/ou amigos) emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos objetivos nacionais (BRASIL, 2017, p. 3-16).

³⁶ De acordo com Bittencourt (2018, p. 93), como diplomata brasileiro na Europa, no século XIX, resolveu duas difíceis questões de fronteiras: as questões dos territórios das Missões e do Oiapoque, respectivamente, com a Argentina e a França. Depois, já como Ministro de Relações Exteriores, no século XX, resolveu a Questão do Acre, também, de forma árdua.

Colômbia. É lícito supor que tal apoio tem como objetivo consolidar um ponto ou área que possibilite a expressão militar norte-americana flexibilizar suas ações na América do Sul (MOREIRA, 2018), devido à falta de liderança brasileira na região. Além disso, é compreensível a presença dos EUA neste continente, em virtude das presenças, cada vez maior, de Rússia e China, principalmente na Venezuela.

A França possui sua maior faixa de fronteira com o Brasil, na Amazônia Oriental, através da Guiana Francesa (FILHO, 2015b). Este território possui importância geopolítica, devido à existência de um centro espacial de lançamento de foguetes no município de Kourou. Cabe frisar que Estado francês possui uma política externa ativa e muito atenta aos seus interesses no mundo, possuindo meios apropriados voltados à defesa da soberania deste departamento amazônico, além de ser um membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (PAIVA, 2015a).

Assim, as presenças destas potências militares e econômicas não podem ser entendidas como acidental, pois estudos prospectivos apresentam que os conflitos futuros serão por recursos naturais, os quais serão justificados pela necessidade de preservação ambiental (BECKER, 2015; FILHO; LIMA, 2019). Diante disso, a Amazônia Ocidental apresenta todas as condicionantes para investidas futuras por parte de Estados desenvolvidos ou de organismos internacionais liderados por estes países, haja vista dispor de riquezas reais e potenciais únicas nas áreas estratégicas.

Dessa forma, é fundamental haver uma integração das defesas das Amazônias Azul, Oriental e Ocidental, onde o Poder Naval poderá contribuir com todas elas.

3 ÁREAS ESTRATÉGICAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Primeiramente, é importante entender o que significa área estratégica. Nesse contexto, ela poderá ser um espaço geográfico ou não, que trará alguma vantagem de ordem econômica, militar, psicossocial, política, científico-tecnológica ou a integração destas para um dos atores atuantes ou em disputa por uma determinada região (BRASIL, 2015b). Assim, na Amazônia, a selva por si só não é uma área estratégica (PAIVA, 2015b), desde que não apresente as vantagens supracitadas para os atores aí atuantes. Dentro dessas considerações, pode-se inferir que as estruturas e regiões que viabilizam o setor econômico, bem como os espaços vazios e as faixas de fronteiras são consideradas áreas estratégicas, as quais se constituem em alvos prioritários por quaisquer atores atuantes direta ou indiretamente no cenário amazônico.

Assim, pode-se afirmar que os portugueses usaram o conceito de áreas estratégicas na Amazônia de forma magistral, desde o século XVII. Nesse sentido, de acordo com Tavares (2011), os lusos buscaram inicialmente a posse da Amazônia apoiada no seguinte tripé: econômico, caracterizado pela exploração e comércio das drogas do sertão³⁷; povoamento, que consistia em comunidades formadas por colonos, religiosos e indígenas catequizados; e militar, materializado pela construção e guarnecimento de fortes, bem como pela utilização de navios de guerra e embarcações.

Entretanto, a exploração das drogas do sertão entrou em decadência nos meados do século XVIII, levando a região amazônica a uma estagnação econômica (TAVARES, 2011) e, conseqüentemente, sem atração para fixar população, o que dificultou a posse desta área vital. Nesse sentido, a gestão do Marques de Pombal (1755-1778) enfatizou uma política

³⁷ De acordo com Tavares (2011), assim foram denominadas as especiarias encontradas na Amazônia, como anil, cravo, canela, salsaparrilha e raízes aromáticas.

de manutenção dessa região constituída por cinco elementos: econômica, que foi concretizada pela criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; unidade político-administrativa, consubstanciada pelo estabelecimento da Capitania de São José do Rio Negro, que daria origem mais tarde ao estado do Amazonas; militar, materializado pelos fortes e navios guarnecidos; fixação da população, em função da formação de novas comunidades com colonos e índios; e o conhecimento geográfico da região, proporcionado pelo uso de indígenas e pela permanência de colonos portugueses nas comunidades (MATTOS, 2011; TAVARES, 2011). Além disso, essa gestão incentivou a navegação comercial lusa no rio Amazonas e em seus principais afluentes com o objetivo de ligar as posições atlânticas até as faixas de fronteiras ocidentais da Amazônia e da província do Mato Grosso, bem como garantir a posse dessas regiões pela presença constante do Estado português (MATTOS, 2011).

Após a administração de Pombal até a primeira metade do século XIX, a Amazônia voltou a ser marginalizada, só voltando a ganhar relevo em função da exploração da borracha, o que incentivou uma grande migração de brasileiros para região, em especial nordestina (BECKER, 2015; MATTOS, 2011).

No início do século XX, iniciou-se a plantação de seringueira no sudeste asiático, permitindo a produção da borracha e seus derivados, o que causou o declínio econômico da Amazônia brasileira até sua estagnação completa (BECKER, 2015; MATTOS, 2011). Porém, com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), devido ao controle da maioria dos territórios produtivos de borracha do Sudeste da Ásia pelos japoneses, a Amazônia voltou a ter valor (BECKER, 2015). Essa euforia durou pouco, pois após o término daquele conflito os seringais asiáticos passaram a operar novamente, fornecendo borracha em escala industrial aos parques fabris dos Estados desenvolvidos, o que levou a região amazônica à estagnação econômica e ao subdesenvolvimento mais uma vez (BECKER, 2015; MATTOS, 2011).

Diante dessa nova recaída econômica da região e a atenção dada ao clamor de

alguns políticos e estudiosos nacionais sobre o descaso do Estado brasileiro à época, o governo de Getúlio Vargas criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)³⁸, em 1953 (BECKER, 2015; MATTOS, 2011). Apesar desse esforço, tudo ficou no papel e sem ações e medidas reais para desenvolver a região (BECKER, 2015; MATTOS, 2011).

Verifica-se que a política do Estado brasileiro de ocupar a Amazônia estava associada somente a aspectos econômicos, faltando, principalmente, uma visão geopolítica que os portugueses tiveram anteriormente. Isso só veio a ocorrer, a partir de 1965, com ações e medidas para integrar essa área vital ao resto do Brasil, as quais foram facilitadas pela transferência da capital federal para Brasília (BECKER, 2015; MATTOS, 2011).

Na década de 1960, era interesse dos governos militares incentivar a ocupação seletiva da região amazônica de forma a evitar a instalação de focos guerrilheiros em suas áreas (TAVARES, 2011). Nessa linha de raciocínio, houve a mudança de grandes efetivos do EB de Belém para Manaus, com o intuito de aproximar a Força Terrestre ao centro da Amazônia e às faixas de fronteiras ocidentais (MATTOS, 2011).

Para incentivar e acelerar a ocupação da região amazônica, a SPVEA foi transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, além da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967 (MATTOS, 2011). Essa última ação foi vital para desenvolvimento regional, estabelecendo um parque industrial diversificado com amplos subsídios do Estado (BECKER, 2015; MATTOS, 2011). Dentro da política de ocupação, o governo Médici (1969-1974) implementou o Programa de Integração Nacional (PIN), que foi caracterizado pela implantação de agrovilas ao longo das estradas construídas no meio da floresta amazônica, como a Transamazônica, pois o Brasil passava por

³⁸ Seu objetivo era desenvolver os estados da Amazônia, além de integrá-los às demais regiões brasileiras (MATTOS, 2011, p. 91).

um momento de bonança econômica, o que possibilitou investir no País em infraestruturas para alavancar os setores econômicos nacionais (MATTOS, 2011; TAVARES, 2011). Entretanto, este programa não obteve êxito completo, haja vista a crise econômica que assolou o mundo, em função do embargo do petróleo em 1973-1974 (MATTOS, 2011). Como a ocupação da Amazônia passou a ser uma questão de Estado, o governo Geisel (1974-1979) tentou ampliar o PIN, criando em 1975 o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia ou Poloamazônia (MATTOS, 2011). Este programa visava criar polos econômicos em várias áreas ou pontos, com objetivo de permitir a exploração de produtos relacionados com os potenciais de riquezas disponíveis na região amazônica (MATTOS, 2011; TAVARES, 2011). No entanto, mais uma vez, esta ação política não foi concluída, devido à segunda crise do petróleo (1979-1980), o que esfacelou a economia brasileira (MATTOS, 2011).

De toda sorte, as duas ações políticas proporcionaram fluxos migratórios intensos de brasileiros para a Amazônia em busca de melhores condições de vida, mas essas ocupações deram-se de forma desordenada, originando alguns conflitos vigentes até hoje entre fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, posseiros e indígenas, além da devastação ecológica de algumas partes da região (BECKER, 2015). Assim, pode-se supor que esses planejamentos de ocupação não foram felizes, em função da falta de visão de futuro do Estado à época, apesar de serem louváveis as ações efetivas de integrar à Amazônia ao Brasil e de buscar a ampliação da presença das expressões de Poder Nacional nas áreas isoladas da região em questão.

Mesmo com a redução de investimentos do Estado na região, em razão das crises econômicas citadas, os governos militares já tinham transformado suas intenções em ações estratégicas efetivas, criando condições geopolíticas de integração da Amazônia ao resto do Brasil. Assim, é possível afirmar que essas ações foram facilitadas pelas vocações agrícolas,

florestais, minerais, aquáticas e de integração com as economias de países fronteiriços, que estavam e estão disponíveis na região (FORTUNA, 2006; GAMA E SILVA, 2003; VIDIGAL, 2018b). Elas demonstraram a riqueza e a potencialidade da região, trazendo retornos positivos ao Brasil, à Amazônia e à população desta área, se exploradas de forma sustentável e com uso da mão de obra regional bem informada (BECKER, 2015). Nesse sentido, serão identificadas as áreas estratégicas da Amazônia Ocidental dentro dessas vocações.

A vocação agrícola da Amazônia foi testada inicialmente pelos portugueses sem sucesso (BECKER, 2015; MATTOS, 2011), sendo executada em nível de produção local ou de subsistência familiar até a década de 1990, quando o estado de Rondônia passou a ter expressão regional (RICARTE; SILVA, 2017). A região do Cone Sul deste estado, formado pelas cidades de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia, representa um centro do agronegócio de soja na Amazônia Ocidental, com expansão de suas produções em níveis de exportação, as quais são escoadas por rodovias até Porto Velho (RICARTE; SILVA, 2017). A partir daí, essas cargas são embarcadas em barcas e transportadas até Itacoatiara e Santarém, nos estados do Amazonas e Pará, respectivamente, pelos rios Madeira e Amazonas (FIG. 4 do Anexo B), para posterior embarque em navios oceânicos (RICARTE; SILVA, 2017). Cabe ressaltar, que a produção da soja do Centro-Oeste é escoada por estes eixos, o que transforma os portos de Porto Velho e Itacoatiara, bem como as hidrovias Madeira e Amazonas vitais para a economia dessa porção amazônica (DO CARMO *et al.*, 2009; GAMA E SILVA, 2003; RICARTE e SILVA, 2017; VIDIGAL, 2002).

A vocação florestal é subdividida em duas vocações: a madeireira e biogenética (GAMA E SILVA, 2003).

A vocação madeireira é uma atividade antiga e rentável da região que poderá ser ampliada de forma sustentável e com a aplicação de técnicas de manejo modernas, em função

de seu potencial em possuir madeiras de lei de alto valor econômico, aliado à queda da produção do sudeste asiático pela exaustão de suas florestas desde início deste século (GAMA E SILVA, 2003; SILVA, 2009). No entanto, como foi visto no Capítulo 2, é vital monitorar as atividades ilícitas atinentes a esta vocação, já que elas são acompanhadas diuturnamente por órgãos e instituições nacionais e internacionais (BECKER, 2015; SILVA, 2009).

Já a vocação biogenética pode ser considerada a riqueza do futuro amazônico, já que a biodiversidade é equiparada à especiaria do século XXI, em razão da fauna e da flora oferecerem insumos para medicamentos e produtos trabalhados nas indústrias químicas e farmacêuticas (AMIN, 2015; BECKER, 2015; GAMA E SILVA, 2003). Esse potencial de riqueza levou Becker (2015) considerar a porção ocidental amazônica como “*Heartland*”³⁹ ecológica, haja vista sua importância para a sobrevivência humana, aí incluídas, também, a capacidade e o potencial de água doce da região.

Para estudar e aproveitar as potencialidades da biodiversidade da região, o Governo Federal criou o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)⁴⁰, em 2002, na cidade de Manaus, que teria estreita ligação com institutos de pesquisas e universidades nacionais, com objetivo de desenvolver e ampliar as atividades de bioprospecção⁴¹. Entretanto, cabe frisar que este importante Centro ainda está operando de forma limitada, deixando de explorar essa potencialidade de riqueza da região (LOPES, 2019).

Diante dessas possibilidades de exploração, Villas Bôas (2013) alerta que:

³⁹ Conceito proposto e divulgado pelo geógrafo britânico Halford Mackinder, em 1904, para massa eurásiana, fundamenta-se na extensão territorial, autodefesa, e mobilidade interna, que lhes atribuíram condições para exercer o poder mundial. No caso da Amazônia, o conceito se aplica devido à sua extensão, que envolve hoje a Amazônia sul-americana; sua autodefesa proporcionada pela massa florestal que historicamente dificultou a ocupação; sua posição geográfica estratégica entre blocos regionais e sua conectividade, que hoje permite maior mobilidade interna, acrescentando valor à biodiversidade e à água (BECKER, 2015, p. 35).

⁴⁰ Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/site_cba/index.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

⁴¹ Capacidade de produzir fármaco, como, por exemplo, os antibióticos, drogas antineoplásicas, anti-hipertensivos, substâncias neuroativas e imuno-moduladores, além de materiais para cosméticos, corantes naturais, aromatizantes, óleos essenciais, bioinseticidas e enzimas de interesse biotecnológico, entre outros. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/site_cba/index.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

[...] é imperioso promover-se o desenvolvimento econômico. Uma sistemática campanha mundial incutiu na opinião pública internacional, e encontrou eco no Brasil, a visão de que o desenvolvimento econômico representa séria ameaça à preservação ambiental. Essa teoria, curiosamente, não encontra respaldo na realidade, pois a prática demonstra que, em todo o mundo, pobreza e degradação ambiental estão intimamente associadas (VILLAS BÔAS, 2013, p. 72).

Diante dessas considerações, é fundamental que o Estado brasileiro fique atento a danos indiscriminados da selva amazônica, além da necessidade de ampliar a fiscalização nas reservas ambientais, de forma a garantir a preservação da biodiversidade única, que será a riqueza amazônica no século XXI (AMIN, 2015; BECKER, 2015; VILLAS BÔAS, 2013). A efetivação dessas ações evitarão quaisquer contestações externas e perdas futuras. Assim, essas áreas serão estratégicas, devendo o Poder Naval planejar e executar operações interagências com setores afins, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), possibilitando fiscalizações efetivas nessas regiões, além de permitir estudos pertinentes aos núcleos de pesquisa amazônicos, como Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)⁴² e CBA.

A vocação mineral é uma riqueza real e potencial da Amazônia Ocidental (AMIN, 2015; GAMA E SILVA, 2003; MATTOS, 2011; VIDIGAL, 2018b). A exemplo do Projeto Radar da Amazônia da década 1970 (MATTOS, 2011), foi realizado um estudo da potencialidade e estrutura produtiva de minerais na região amazônica pelo Centro de Tecnologia Mineral, em 1991, concluindo que ela apresentava estatisticamente grandes reservas de ferro, alumina, bauxita, estanho, manganês, ouro, gemas e pedras preciosas e semipreciosas (AMIN, 2015; GAMA E SILVA, 2003).

Atualmente, a Amazônia Ocidental apresenta uma exploração crescente das

⁴² Criado em 1952 e implementado em 1954, o INPA vem realizando estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional. Atualmente, o INPA é referência mundial em Biologia Tropical. Disponível em: <<http://portal.inpa.gov.br/index.php/institucional/missao>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

reservas de cassiterita (ou estanho), manganês e ferro, que são exportadas, em sua maioria (AMIN, 2015).

Segundo um artigo da edição especial da revista *Scientific American*, em 2008, a Amazônia Ocidental possui uma das maiores reservas de nióbio-tântalo, o qual seria vital para a construção de naves espaciais, em função de suas características de resistência a grandes variações de temperaturas que envolvem tais atividades (AMIN, 2015). Diante dessa consideração, é lícito afirmar que o nióbio será um dos principais minerais do século XXI (AMIN, 2015), sendo a região do Morro dos Seis Lagos, dentro da jurisdição de São Gabriel da Cachoeira, a maior reserva deste mineral (GAMA E SILVA, 2003), a qual será considerada uma área estratégica.

Dentro da vocação em questão, cabe destacar que o rio Madeira, no trecho entre Porto Velho e Humaitá, apresenta a ocorrência de ouro de aluvião sem trazer retornos positivos à região, pois sua exploração envolve danos ecológicos como a poluição do rio, além de haver atividades ilícitas associadas a esta extração (BECKER, 2015; HERRAIZ; SOUZA DA SILVA, 2015). Além disso, esta exploração é caracterizada pelo uso de dragas, que, normalmente, ficam fundeadas em canais da referida hidrovia, constituindo-se em perigos à navegação (HERRAIZ; SOUZA DA SILVA, 2015; PAULA JUNIOR, 2016), o que causa prejuízos ao escoamento fluvial do agronegócio pelo rio Madeira, necessitando de uma atenção permanente do Poder Naval no trecho indicado.

Destaca-se nessa vocação, também, a exploração de petróleo e gás, que teve início na região de Urucu, próxima à cidade de Coari, no Amazonas, em 1986 (BORGES DA SILVA; SANTANA, 2017; VIDIGAL, 2018b). Hoje, esse empreendimento da empresa Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRAS) mostra-se plenamente viável, com gasodutos interligando Coari a Manaus (BORGES DA SILVA; SANTANA, 2017). Além disso, o Terminal Petrolífero Aquaviário de Coari, localizado no rio Solimões, proporciona

condições de receber navios de grande calado, gaseiros e petroleiros, abastecendo as principais refinarias de Manaus (DE CARVALHO, 2016; SANTANA, 2017). Essas infraestruturas permitem uso do petróleo e do gás amazônicos, principalmente, pelo setor industrial da ZFM, bem como para manter o bem-estar das populações das localidades da região Norte como um todo (BECKER, 2015; MATTOS, 2011; SANTANA, 2017).

A vocação aquática subdivide-se em vertentes como: utilização da água para consumo humano e para o agronegócio; potencial hidrelétrico; potencial pesqueiro; e transporte fluvial para pessoas e cargas (GAMA E SILVA, 2003).

Devido à importância para a sobrevivência dos seres vivos no planeta terra, a água doce é considerada por Becker (2015) como o “ouro azul” e poderá ser disputada entre Estados, futuramente, como ocorre no Oriente Médio. Cabe ressaltar, ainda, que há carência de água doce em diversas partes do mundo, em particular na Califórnia, Europa e norte da China (BECKER, 2015). Salienta-se que os setores agrícolas e industriais são os maiores consumidores deste recurso, utilizando 70% e 22% do total existente, respectivamente (DE LIMA *et al.*, 2018). Ainda sobre o assunto em tela, a Amazônia destaca-se por possuir uma das maiores reservas de água doce do Brasil, colocando-o em invejável posição mundial, em função dos rios que cortam grande parte de sua porção ocidental, como Amazonas, Solimões, Negro, Madeira, Juruá, Purus, Mamoré e Guaporé (BECKER, 2015; COSTA, 2009; MATTOS, 2011). Além disso, o agronegócio depende totalmente desse bem precioso, tanto para irrigação das plantações como para o escoamento das produções pelo transporte fluvial (BECKER, 2015). Cabe, ainda, salientar que a Amazônia Ocidental possui uma grande reserva de água doce subterrânea, denominada de Solimões, a qual está localizada na porção oeste dos estados do Acre e Amazonas (DE LIMA *et al.*, 2018). Nesse contexto, De Lima *et al.* (2018, p. 20) afirma que a “[...] concentração das grandes bacias na parte ocidental e a própria questão geopolítica mundial revalorizam a importância do deslocamento do *Heartland*

continental à parte mais ocidental da Amazônia”.

O potencial hidrelétrico⁴³ amazônico é considerável, pois 2/3 da possibilidade nacional está na região em questão. Constata-se, assim, a construção e operação das unidades hidrelétricas (UHE) de Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho, produzindo, respectivamente, 3.050⁴⁴ e 3.398⁴⁵ MW, pelo potencial apresentado pelo rio Madeira. Estas UHE contribuem com o acréscimo de 10% do setor energético da região Norte (BRASIL, 2015a), proporcionando o desenvolvimento da economia regional, em particular para o setor industrial (BECKER, 2015). Cabe enfatizar que, mesmo antes das construções dessas UHE, havia limitação de navegação do rio Madeira até os rios Mamoré e Guaporé pela existência de obstáculos (COSTA, 2009; FORTUNA, 2006). Nesse sentido, há limitação da integração destas hidrovias para a economia, além de impossibilitar o emprego do Poder Naval nas faixas de fronteiras com a Bolívia, em particular na localidade de Guajará-Mirim, e na região do agronegócio do Cone Sul de Rondônia (FIG. 5 do Anexo B).

É importante destacar a necessidade energética da região, pois atualmente o estado de Roraima sofre com o abastecimento deficitário e dependente da Venezuela, prejudicando sua economia e o bem-estar de sua população (BECKER, 2015; MOREIRA, 2018), cuja solução não será resolvida rapidamente. Assim, cresce a importância das UHE de Santo Antônio e Jirau para o desenvolvimento da região Norte.

A pesca é uma riqueza pouco explorada na região por falta de investimentos e mentalidade comercial para tal, mas é uma realidade com total importância para vida dos ribeirinhos (BECKER, 2015; GAMA E SILVA, 2003; MATTOS, 2011). Os rios de águas barrentas, em particular os rios Solimões, Madeira, Purus, Juruá e Javari, além do Amazonas,

⁴³ Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/3597100/06+++Energia+Hidr%C3%A1ulica+e+Linhas+de+Transmiss%C3%A3o+%28PDF%29/5d76940b-dfa5-47dd-9bb5-f4fbcce56f3f;jsessionid=0A92344B74B406F0B63138D44746128F.srv155>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.santoantonioenergia.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2019

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.esbr.com.br/imprensa/noticias/843>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

na porção ocidental da Amazônia, apresentam o maior potencial pesqueiro da região, que poderia ser aproveitado de forma mais rentável (GAMA E SILVA, 2003). Cabe lembrar que as ameaças a este potencial já foi tratado no Capítulo 2, em particular na região da Tríplice Fronteira do Solimões.

Em relação aos transportes, os rios são as estradas naturais da região, por onde circulam as pessoas e o maior volume de cargas, pois, dos 22.000 Km de extensão de vias navegáveis existentes na Amazônia, 10.385 Km encontram-se na Amazônia Ocidental (DE CARVALHO, 2016; GAMA E SILVA, 2003; NOGUEIRA, 2016). No entanto, essas estradas naturais podem ser exploradas em melhores condições com trabalhos de dragagem, levantamentos hidrográficos (LH) e sinalização das hidrovias por onde escoam as produções de soja, milho, minérios e pessoas (DE CARVALHO, 2016). É importante destacar que a ZFM desenvolveu-se e cresceu em função de uma logística basicamente apoiada na via fluvial, o que possibilitou a instalação de terminais hidroviários em Manaus, Porto Velho e Itacoatiara (BECKER, 2015; MATTOS, 2011; NOGUEIRA, 2016; VIDIGAL, 2018b). Nesse contexto, é oportuno destacar a importância cada vez maior dos portos de Porto Velho e Itacoatiara bem como das hidrovias Madeira-Amazonas pelo aumento do escoamento das exportações do agronegócio brasileiro pelo Arco Norte entre os anos de 2014 e 2017-2018, conforme observado nas FIG. 8 e 9 do Anexo C deste trabalho (BRASIL, 2016; PUNTEL, 2019). Ressalta-se, ainda, que o aumento do transporte fluvial por essas hidrovias está associado a melhor viabilidade econômica que escoar as mesmas quantidades de soja e milho para os portos das regiões Sul e Sudeste do País (BRASIL, 2016; PUNTEL, 2019).

Cabe ressaltar que a maioria dos produtos que abastece as populações das localidades ribeirinhas chega pelos rios (BECKER, 2015; GAMA E SILVA, 2003; NOGUEIRA, 2016), os quais se tornam vitais à sobrevivência e ao bem-estar destas pessoas, sendo o calcanhar de Aquiles da logística para as cidades amazônicas.

Apesar de algumas limitações, os rios da Amazônia Ocidental (FIG. 6 do Anexo B) apresentam excelentes condições de navegabilidade (ABREU, 2016; LAITA; ARNÁIZ, 2012). Assim, o principal rio é o Amazonas, que é considerado o eixo articulador da Bacia Amazônica, sendo navegável desde sua foz, no Oceano Atlântico, até Pucalpa no Peru (ABREU, 2016; COSTA, 2009). Cabe frisar que ele passa pela cidade de Tabatinga, na região da Tríplice Fronteira do Solimões, em qualquer época do ano, com navios de calados⁴⁶ variados⁴⁷ (ABREU, 2016; LAITA; ARNÁIZ, 2012). Já a navegação do rio Negro requer atenção a partir de Manaus em direção à sua nascente, haja vista a existência de obstáculos, como pedras submersas e corredeiras, em particular nas proximidades de São Gabriel da Cachoeira (ABREU, 2016). Durante o período de cheia, este rio é navegável por embarcações com calado de até 2,5 m da sua foz, em Manaus, até São Gabriel da Cachoeira (ABREU, 2016; LAITA; ARNÁIZ, 2012). Os rios Içá e Japurá são navegáveis no período de cheia dentro do território brasileiro, carecendo de atenção durante o período da seca (ABREU, 2016; LAITA; ARNÁIZ, 2012). Já os rios Juruá, Purus e Javari são navegáveis por navios e embarcações, apresentando restrições no período de seca (ABREU, 2016). Referente aos rios Guaporé e Mamoré, são navegáveis por embarcações de calado de até 1,5 m (ABREU, 2016; COSTA, 2009). Os dois rios formam o rio Madeira, que é navegável no período de cheia, apresentando bancos de areia e madeiras em alguns trechos (ABREU, 2016; PAULA JUNIOR, 2016).

Em relação, ainda, ao transporte fluvial, Becker (2015) e Nogueira (2016) afirmam que este modal não traz danos ambientais consideráveis, em função da existência

⁴⁶ De acordo com Abreu (2016, p. 19), calado é a distância entre a superfície da água que o navio ou embarcação flutua e a face inferior de sua quilha.

⁴⁷ De acordo com Abreu (2016, p. 19), o rio Amazonas é navegável nos trechos abaixo pelos respectivos navios:

- de Belém até Manaus: navios com calado de até 12 m;
- de Manaus até Tabatinga: navios com calado até 5 m; e
- até Pucallpa, no Peru: com navios com calado até 1,5 m, no período de cheia.

natural dos rios, não necessitando da construção de estradas terrestres, além de uma barcaça emitir menos gases poluentes se comparada com o grande número de caminhões necessários para transportar a mesma quantidade de carga.

Em relação às faixas de fronteiras, cabe frisar que o Brasil apresenta 16.000 Km de extensão total, dos quais 11.000 Km encontram-se na Amazônia, em particular em sua porção ocidental, estabilizados e, de certa maneira, pacificados (MATTOS, 2011; MONTEIRO, 2009; VILLAS BÔAS, 2013). Nesse contexto, esta região apresenta três polos de intercâmbio entre os Estados amazônicos (FIG. 7 do Anexo B), com destaque ao setor econômico (VILLAS BÔAS, 2013). A primeira localiza-se no encontro dos rios Negro e Branco, que podem interligar as economias fronteiriças de Brasil, Venezuela e Colômbia, destacando-se as cidades de Boa Vista e São Gabriel da Cachoeira, além de Manaus, do lado brasileiro (VILLAS BÔAS, 2013). A segunda região está no Alto Solimões, interligando Brasil, Colômbia e Peru, com destaque às localidades de Tabatinga, Leticia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), as quais se interligam com as cidades de Iquitos e Pucallpa (ambas no Peru) (VILLAS BÔAS, 2013). A terceira região interliga as economias fronteiriças do Brasil, Bolívia e Peru, com destaque às cidades brasileiras de Guajará-Mirim, Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Itacoatiara, com influências de Porto Velho e Manaus (VILLAS BÔAS, 2013). Assim, diante das considerações apresentadas, as cidades contidas nesses polos de intercâmbio fronteiriços serão consideradas estratégicas para o Poder Naval, em especial suas infraestruturas e áreas de vocações amazônicas, as quais estão localizadas nas margens dos rios.

Das cidades citadas, Manaus destaca-se em função de estar localizada em posição geográfica privilegiada, no centro da Amazônia, que pesou para sua seleção como o primeiro eixo de desenvolvimento para região, com foco no setor industrial, de forma a alavancar a economia regional, atraindo capitais privados nacionais e estrangeiros (MATTOS, 2011).

Manaus apresenta, ainda, estruturas portuárias dos setores privados e estatal, que permitiram e permitem grande parte da chegada de manufaturas e de saída de produtos do setor industrial da Zona Franca (BECKER, 2015; MATTOS, 2011). Nesse sentido, pode-se afirmar que esta cidade proporciona interligação das linhas de comunicação fluviais e marítimas, favorecendo o acesso mais interiorizado do continente sul-americano (BECKER, 2015; MATTOS, 2011; NOGUEIRA, 2016).

Diante das vocações que a Amazônia Ocidental dispõe, pode-se afirmar que as UHE, portos ou terminais hidroviários, áreas de preservação ambiental e de exploração mineral, hidrovias para o transporte de cargas e de pessoas e as infraestruturas localizadas nas margens dos rios navegáveis da região são consideradas estratégicas para o Poder Naval. Como já colocado, essas áreas são vitais ao desenvolvimento econômico regional, além de proporcionarem melhor qualidade de vida aos brasileiros que ali vivem. Cabe ressaltar que as áreas de fronteiras foram e são consideradas potenciais para o desenvolvimento econômico, além de serem vitais para manutenção da soberania do País, configurando-se como áreas estratégicas. Nessa mesma linha, as terras indígenas demarcadas, também, são consideradas estratégicas, por possuírem potencialidades de riquezas citadas, além de parte delas localizarem-se nas faixas de fronteiras.

Sob a ótica da preservação da soberania nacional, os espaços vazios serão áreas estratégicas, haja vista a necessidade de presença constante do Estado nessas regiões remotas, além de evitar atividades ilícitas (CALDERÓN, 2017) e prestar apoio de saúde às populações ribeirinhas aí estabelecidas (BRASIL, 2019a).

Apesar das inúmeras áreas estratégicas existentes na Amazônia Ocidental, o Poder Naval deverá considerar, em seus planejamentos de qualquer nível, aquelas que possam ser acessadas pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, cujo trinômio viabiliza as

OpRib no cenário amazônico por permitir o controle de áreas ribeirinhas (ARib)⁴⁸. Nesse diapasão, as ARib que sejam caracterizadas pelo encontro ou convergência de hidrovias, serão denominadas áreas focais e, também, consideradas estratégicas para o Poder Naval.

Por fim, não pode haver ingenuidade do Estado brasileiro que parcela da Amazônia sob sua responsabilidade poderá ter sua soberania questionada por atores diversos, em função de questões ambientais, de segurança alimentar e de preservação de água doce. Os recursos dessa região são as *commodities*⁴⁹ do presente e do futuro, devendo o Brasil adotar várias medidas de uso sustentável desses bens, bem como estar em condições de defendê-las. Nesse sentido, é fundamental que as expressões do Poder Nacional estejam integradas para atender tais objetivos, em especial a militar, possibilitando ao Estado brasileiro condições de fazer frente a qualquer ameaça que venha interferir nas áreas estratégicas apresentadas, em que a contribuição do Poder Naval será vital através de uma estratégia apropriada, em função do ambiente operacional amazônico ocidental ser eminentemente fluvial.

⁴⁸ Área que compreende hidrovia fluvial ou lacustre, terreno e espaço aéreo sobrejacente, caracterizada por linhas de comunicações terrestres limitadas e pela existência de extensa superfície hídrica ou rede de hidrovias interiores, que servem de delimitação de fronteira, via de penetração estratégica ou rotas essenciais ou principais para o transporte de superfície (BRASIL, 2017, p. 3-17).

⁴⁹ São produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/commodities-definicao>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

4 ESTRATÉGIA NAVAL PARA O CENÁRIO AMAZÔNICO OCIDENTAL

Para que um Estado possa empregar seu poder integralmente na defesa de seus interesses frente às ameaças multifacetadas, é fundamental o preparo do sistema de defesa⁵⁰ próprio, o qual seguirá as orientações políticas mais elevadas de um país (VIDIGAL *et al.*, 2017). Assim, o preparo desse sistema alinha-se com os seguintes seguimentos estatais: formulações estratégicas, logísticas e táticas; treinamento das FA e avaliações de desempenho operacionais dos meios militares; e aprestamento e emprego das FA (VIDIGAL *et al.*, 2017). Desta forma, a metodologia para formulação de planejamento estratégico de qualquer nível “[...] decorre de estudos estratégicos, cujo ponto de partida é a identificação das vulnerabilidades e as aspirações nacionais, e, quando possível, a definição das ameaças” (VIDIGAL *et al.*, 2017, p. 95). Esse processo inicia com a análise da conjuntura, possibilitando estabelecer objetivos, de forma a determinar as capacidades do Estado com os recursos que dispõe (VIDIGAL *et al.*, 2017).

Dentro dessa lógica, o preparo do sistema de defesa é iniciado pela construção de cenários político-estratégicos, após análise da conjuntura, possibilitando identificar as possíveis ameaças ao Estado (VIDIGAL *et al.*, 2017). A partir daí, os cenários de planejamento são definidos, permitindo estabelecer concepções estratégicas (VIDIGAL *et al.*, 2017; VIDIGAL, 2018a). Cabe frisar que a metodologia utilizada para formulação de planos estratégicos de preparação do sistema de defesa deverá ser própria para cada Estado (VIDIGAL *et al.*, 2017), considerando suas componentes geográficas⁵¹, econômicas,

⁵⁰ Esse sistema é composto pelos seguintes módulos: militar de defesa, diplomático, nacional de inteligência, nacional de segurança pública, nacional de mobilização, nacional de comunicação social e outros quando necessários (VIDIGAL *et al.*, 2017, p. 94).

⁵¹ As dimensões, as localizações e as fisiografias territoriais do Estado fazem parte desta componente (COSTA, 2009, p. 503-506).

históricas e antropológicas⁵² (COSTA, 2009).

Como esse sistema não está estabelecido formalmente no Brasil, cada componente formulará e executará seu próprio plano estratégico (VIDIGAL *et al.*, 2017). No entanto, esses componentes ainda não incorporaram o entendimento de vulnerabilidades estratégicas e das aspirações nacionais por ocasião da formulação de seus planos estratégicos, apesar de algumas decisões nacionais estarem alinhadas com esse ideal como, por exemplo, o estabelecimento do Sistema de Proteção da Amazônia (VIDIGAL *et al.*, 2017).

Diante das considerações apresentadas, é lícito afirmar que há um alinhamento entre essa metodologia de formulação de planejamento estratégico e os estudos sobre segurança e defesa desenvolvidos pela Escola Copenhague, os quais foram apresentados de forma resumida no Capítulo 2 desse trabalho.

Seguindo essa linha de raciocínio, ao considerar a Amazônia brasileira, observa-se que a PND identifica: diversas ameaças, em particular aquelas relacionadas às atividades ilícitas, aos conflitos híbridos e aos vazios demográficos; desafios, caracterizados pelas dificuldades de mobilidade e pelo reforço de mecanismos de integração e cooperação; e regiões a serem asseguradas, destacando-se aquelas relacionadas às vocações potenciais de riqueza e de desenvolvimento da região, além das faixas de fronteiras (BRASIL, 2018).

A END descreve a necessidade do Poder Naval adensar seus meios no rio Amazonas e em seus principais afluentes, além de realizar OpRib em áreas de interesse de forma a obter o controle de suas hidrovias (BRASIL, 2018).

Abordando a Política Naval, é possível depreender algumas orientações que poderiam ser úteis à formulação da estratégia naval em relação à Amazônia Ocidental, a saber: atuação do Poder Naval nas vias fluviais e águas interiores; necessidade do Brasil estar

⁵² São compostas por valores, costumes, educação e mentalidade da sociedade do Estado (COSTA, 2009, p. 514).

preparado para defender seu povo, patrimônio e os interesses nacionais diante das ameaças a estes objetivos; importância das matrizes energéticas e de infraestruturas como hidrovias, portos e terminais, que possibilitam o desenvolvimento, a logística apropriada para defesa do País e a ligação do Estado brasileiro a pontos estratégicos; acompanhamento e preparação contra ações terroristas e criminosas organizadas, que façam uso das estratégias de conflito irregular; entender e preparar-se para possíveis enfrentamentos futuros, que poderão se iniciar por disputas por água doce, energia, biodiversidade, alimentos e recursos minerais considerados essenciais; evitar danos ambientais pela intensidade de fiscalizações mais efetivas dos órgãos afins em todos os níveis governamentais do Estado; obtenção de meios materiais de defesa no País, de forma a contribuir com desenvolvimento da construção naval brasileira; contribuir com a presença do Estado brasileiro em áreas remotas, ajudando as populações carentes, além de reduzir influências estrangeiras nestes rincões; e manutenção das capacidades do Poder Naval com pessoal profissional e motivado, além do seu material dentro do prazo do ciclo de vida, considerando os recursos disponíveis (BRASIL, 2019a).

O PEM é um documento da SPAN que define, de maneira geral, o preparo e, o consequente, emprego do Poder Naval a médio e a longo prazos⁵³, de acordo com as orientações da Política Naval (BRASIL, 2019b). Este Plano é concebido pelos seguintes capítulos: Ambiente Operacional Marítimo, Conceito Estratégico Marítimo-Naval, Mapa Estratégico da Força e Ações Estratégicas Navais (AEN)⁵⁴ (BRASIL, 2019b).

Assim, ao analisar o PEM, verifica-se que não há menções diretas em relação à segurança e à defesa da Amazônia, diferente das orientações que são encontradas nas PND, END e Política Naval, indo de encontro à metodologia estabelecida para um planejamento

⁵³ [...] Para efeito de planejamento e padronização, a MB estabelece os seguintes períodos: curto prazo, de até quatro anos (um Plano Plurianual do Governo Federal – PPA); médio prazo, de cinco a doze anos (até três PPA); e longo prazo, de treze a vinte anos (até cinco PPA) (BRASIL, 2019b, p. 50).

⁵⁴ A implementação ou consecução das AEN alcançarão os OBNAV contidos na Política Naval, de acordo com a Missão e a Visão de Futuro da MB (BRASIL, 2019b).

estratégico (VIDIGAL *et al.*, 2017). Em outras palavras, o PEM não descreve “como fazer” e “que meios” serão necessários para proteger as áreas estratégicas do cenário amazônico ocidental em relação às ameaças de diversas naturezas aí atuantes. Cabe salientar que este Plano está bem concebido à segurança e à defesa da Amazônia Azul, o que possibilita a utilização dos mesmos conceitos, podendo ser adaptados ao cenário amazônico em questão, de forma que as propostas deste trabalho fiquem coerentes com algo já existente.

Como os documentos de alto nível de defesa do País priorizam algumas áreas vitais, onde as FA devem concentrar seus esforços, pode-se afirmar que o Poder Naval enfatizará o emprego do conjugado anfíbio nos ambientes amazônico e marítimo.

Entretanto, Filho (2015b) adverte que

[...] a Amazônia é a área mais complexa e a que deve receber atenção redobrada, principalmente por parte das Forças Armadas e também da diplomacia, uma vez que a natureza, a diversidade e a intensidade das pressões externas se apresentam muito mais evidentes quando comparadas com a área do Atlântico Sul (FILHO, 2015b, p. 308).

Assim, em função desta afirmação, o Capítulo 1 do PEM poderia ser renomeado como Ambiente Operacional Marítimo-Fluvial, alinhando-se aos documentos condicionantes e às possíveis ameaças à Amazônia, que são de natureza política, econômica, ambiental, social e militar (BUZAN *et al.*, 1998), além do papel histórico memorável desenvolvido pelo Poder Naval neste cenário (VIDIGAL, 1983). Além disso, este capítulo do PEM deveria detalhar o ambiente ribeirinho amazônico, que será apresentado a seguir.

Em relação às possíveis ameaças à Amazônia brasileira, o Poder Naval deve estar preparado para enfrentar atos hostis ou óbices de diversas naturezas, que façam uso do rio Amazonas e de seus afluentes ou que estejam localizados nas margens destes cursos d'água (BRASIL, 2018), como: narcotráfico e as organizações criminosas, que poderão fazer uso de ações estratégicas de conflito irregular com apoio de populações ribeirinhas (VISACRO, 2019); danos ambientais (BECKER, 2015); e aqueles que possam inviabilizar ou dificultar as atividades econômicas e de desenvolvimento regional (VILLAS BÔAS, 2013; VIDIGAL,

2002).

Diante desse desafio, a metodologia para formulação de planejamento estratégico nacional descreve a necessidade de definir operações militares, sejam elas voltadas à guerra clássica ou às atividades de emprego limitado da força e benignas (VIDIGAL *et al.*, 2017). Estas operações orientarão o desenvolvimento e o preparo do poder militar (VIDIGAL *et al.*, 2017). Desta forma, pode-se afirmar que a OpRib será a base para uma estratégia naval na Amazônia Ocidental, já que ela é e continuará sendo a principal operação naval da região, que condiciona o preparo para o futuro emprego do Poder Naval diante dos desafios (ameaças e oportunidades) peculiares do cenário em questão.

Ao abordar os aspectos fisiográficos do ambiente ribeirinho amazônico, cabe destacar as diferenças entre as porções oriental e ocidental da região, as quais são observadas nas formas de relevo, vegetação, influência do mar em relação aos cursos d'água e as dimensões e peculiaridades dos rios (ABREU, 2016; MATTOS, 2011). Nesse contexto, apesar do Decreto-Lei nº 356 de 1968⁵⁵ ter sido concebido para priorizar a integração e o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, ele ratificou as diferenças entre essas duas porções regionais, caracterizando a aplicação diferenciada do Poder Naval nelas, conforme observado por Mattos (2011). Assim, este Poder é e será empregado na Amazônia Oriental em dois ambientes operacionais: um marítimo e outro fluvial. Já na porção ocidental, em função de sua posição geográfica, o Poder Naval está voltado basicamente para operações fluviais e ribeirinhas (BARREIRA, 2016). Dessa forma, há diferenças dos *modus operandi* entre os cenários em questão, devendo haver um preparo do Poder Naval para empregar seus meios de forma apropriada às peculiaridades das condições do terreno e da hidrografia para cada ambiente, além de considerar as características psicossociais, históricas e culturais específicas

⁵⁵ O Decreto-Lei nº 356, em 15 de agosto de 1968, criou a Amazônia Ocidental com os seguintes estados: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0356.htm>. Acesso em: 05 abr. 2019.

(ABREU, 2016; MATTOS, 2011; VISACRO, 2018).

Ao voltar-se exclusivamente para o ambiente ribeirinho da Amazônia Ocidental, nota-se a interdependência entre as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) e as bacias fluviais desta região (COSTA, 2009; MATTOS, 2011), havendo necessidade de proteção aos terminais hidroviários e às hidrovias, onde o Poder Naval é a expressão militar adequada para tal fim (BRASIL, 2019a).

Ao considerar a malha fluvial da região em questão, quatro áreas foram levantadas e consideradas prioritárias para o emprego do Poder Naval, pois elas são regiões focais para onde convergem os demais cursos d' água, a saber: ocidental, central, oriental (BRASIL, 2013) e noroeste. Essas áreas estão identificadas abaixo, dentro das quais serão especificadas as atuações do Poder Naval (FIG. 1 do Apêndice a este trabalho).

A área focal ocidental é constituída por trechos do rio Solimões, entre a foz do rio Javari e a foz do rio Içá, com destaques às cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e Santo Antônio do Içá (BRASIL, 2013). Dentro dessa área, está a região da Tríplice Fronteira do Solimões, onde há a presença de ameaças multifacetadas e transfronteiriças, tornando-se fundamental a execução de ações coordenadas entre os órgãos de segurança e agências de fiscalização dos Estados brasileiro, colombiano e peruano, além dos apoios prestados por suas FA. Dessa forma, constata-se a necessidade de operações conjuntas, interagências e combinadas, em períodos constantes, na área em questão, pois ameaças aí identificadas poderiam influenciar negativamente esses países (BUZAN; WAEVER, 2007).

Dentro da área focal ocidental, seria vital o estabelecimento de um destacamento da MB com meios apropriados em Santo Antônio do Içá ou a presença constante de uma

Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib)⁵⁶ na região, haja vista que o rio Putumayo, que adentra no território brasileiro com o nome de Içá, é um dos principais cursos d'água da Colômbia, onde se localizam suas principais forças navais ribeirinhas (BRASIL, 2013; GAMA E SILVA, 2009; LAITA; ARNÁIZ, 2012). Nesse sentido, a presença de meios do Poder Naval poderia bloquear ou inibir quaisquer ameaças que adentrassem em território brasileiro, já que não há forças militares brasileiras em Santo Antônio do Içá para tal fim, aliado ao fato do rio Içá ser o único curso d'água de porte que permite a interligação fluvial da Colômbia à cidade de Letícia.

A área focal central é composta por trechos do rio Solimões, da foz do rio Juruá, abrangendo a foz do rio Japurá, até o Terminal Petrolífero Aquaviário de Coari, com destaques às localidades de Fonte Boa, Tefé e Coari. Já a área focal oriental contém trechos do rio Solimões, entre a foz do rio Purus até a foz do rio Negro, bem como o encontro dos rios Madeira e Amazonas, destacando-se as cidades de Anamã, Manaus, Itacoatiara e Porto Velho. Diante disso, constata-se a necessidade permanente da presença do Poder Naval através de OpRib conjuntas e interagências nestas duas áreas com o objetivo de evitar, principalmente, a interferência de ações criminosas sobre as atividades econômicas, que giram em torno dos rios, cidades e infraestruturas críticas⁵⁷ localizadas nas margens destes cursos d'água. Dessa forma, é lícito afirmar que qualquer ação adversa que provoque a paralisia das áreas estratégicas citadas, poderá causar danos imensuráveis à economia regional e estatal pela impossibilidade do transporte fluvial de petróleo e seus derivados de Coari até Manaus, bem como do escoamento do agronegócio do Cone Sul de Rondônia e do Centro-Oeste pelo Arco

⁵⁶ A força que executa tal operação é, normalmente, sendo atribuídos a seu Comandante meios navais, terrestres e aéreos, estruturados em organização por tarefas, para a execução de uma missão específica em uma ARib (BRASIL, 2017, p. 3-18).

⁵⁷ São instalações, serviços, bens e sistemas que, se forem interrompidos ou destruídos, provocarão sérios impactos social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade (BRASIL, 2015b, p. 111).

Norte.

Cabe salientar, ainda, a importância do rio Madeira e do porto de Porto Velho para o escoamento do agronegócio citado, além da proteção das UHE de Santo Antônio e Jirau, que deverão contar com a presença de uma ForTaRib, além dessa Força Naval contribuir com a preservação ambiental no sul estado do Amazonas, em particular na localidade de Humaitá.

A área focal noroeste é caracterizada por trechos do rio Negro, entre sua foz, englobando a foz do rio Branco, até a localidade de São Gabriel da Cachoeira, com destaque a esta cidade, além de Manaus, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Esta área torna-se importante, em virtude de estar dentro de um dos polos de intercâmbio econômico de fronteiras (VILLAS BÔAS, 2013), aliado ao fato da presença de possíveis ameaças associadas às reservas indígenas localizadas nas faixas fronteiriças da região (PEREIRA, 2017), bem como possuir a maior reserva mundial de nióbio localizada na região do Morro dos Seis Lagos (AMIN, 2015; GAMA E SILVA, 2003). Assim, essa área não pode ser negligenciada pelo Poder Naval, devendo contar com a presença de uma ForTaRib.

Apesar das concepções apresentadas até o momento sobre as operações conjuntas, interações e combinadas, outras contribuições estratégicas por parte delas serão apresentadas, posteriormente, ainda neste Capítulo.

Abordando as funções do Poder Marítimo⁵⁸ presentes no PEM, pode-se afirmar que a Amazônia Ocidental atende, principalmente, a intercomunicação e a defesa marítima ou fluvial, que são clássicas deste Poder (BRASIL, 2019b). Assim, a função intercomunicação na região é materializada por quatro elementos: hidrovias; produtos e pessoas transportadas; navios, embarcações e barcaças; e terminais hidroviários e portos. Já a defesa fluvial é

⁵⁸ As funções do Poder Marítimo são compostas por: intercomunicação, defesa marítima, pesquisa marinha e exploração (BRASIL, 2019b, p. 10)

caracterizada pela proteção das hidrovias ou Linhas de Comunicação Fluviais (LCF) e das áreas estratégicas existentes nas margens das hidrovias, já que ambas geram riquezas e desenvolvimento para região, bem como a sobrevivência das populações que habitam as localidades e as comunidades ribeirinhas da porção ocidental da Amazônia. Nesse contexto, as OpRib tornam-se as principais ferramentas para alcançar a função de defesa fluvial, que permitirá a exequibilidade da intercomunicação, devido à interdependência entre elas.

Em relação aos fatores condicionantes⁵⁹, pode-se afirmar que a presença do Poder Naval, através das OpRib, reforça a mentalidade marítima-fluvial, a capacidade de financiamento da Força, a necessidade de desenvolvimento sustentável e a capacidade tecnológica e industrial da região (BRASIL, 2019b). Nesse contexto, pode-se afirmar que a mentalidade marítima-fluvial é boa na região, em função do homem aí estabelecido depender exclusivamente dos rios para sua sobrevivência (TOCANTINS, 2000). Assim, os meios necessários do Poder Naval para conduzir o Ensino Profissional Marítimo poderiam compor a ForTaRib, de forma a viabilizar a formação de aquaviários nos rincões da Amazônia Ocidental. Esta simples ação reforçará essa mentalidade pelo aumento da quantidade de aquaviários formados de maneira lícita e pela ampliação econômica em torno navegação fluvial, além de reduzir os acidentes nos rios da região.

A capacidade de financiamento voltada à MB poderá ser obtida pelos recursos extraorçamentários proporcionados pelo Fundo Amazônia⁶⁰, pelo Programa Calha Norte e por

⁵⁹ São variáveis com grande capacidade de influenciar o Poder Marítimo, com destaque aos fatores: mentalidade marítima, capacidade de financiamento, necessidade de desenvolvimento sustentável, capacidade de mobilização e capacidade tecnológica e industrial (BRASIL, 2019b, p. 11-14).

⁶⁰ O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, tendo como os principais contribuintes a Alemanha e a Noruega. Teve seu conceito apresentado pelo Brasil na Conferência das Partes (COP 13), realizada em Bali, em 2007, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, com sua criação autorizada por meio do Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008, da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2017_port.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

acordos administrativos com o Ministério da Saúde⁶¹ e PETROBRAS (RODRIGUES, 2019). Esses recursos auxiliarão os meios da ForTaRib estar com suas manutenções plenas e aptas para atender quaisquer demandas, especialmente aquelas voltadas à preservação ambiental e ao atendimento dos Polos de Saúde da Amazônia Ocidental (SANTOS, 2016).

É lícito supor, também, que recursos poderiam ser obtidos por acordos similares com a Administração Hidroviária da Amazônia Ocidental do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes para realizar LH, a manutenção e a ampliação da sinalização das hidrovias da região, em particular de trechos específicos dos rios Madeira e Amazonas, em função de suas importâncias para o escoamento do agronegócio (BRASIL, 2016; CARVALHO, 2016; NOGUEIRA, 2016). Esses recursos poderiam manter os Navios e Avisos Hidroceanográficos Fluviais (NHoFlu e AvHoFlu), permitindo novos LH e atualização de cartas náuticas das principais hidrovias, que poderiam ser utilizadas tanto pela navegação privada quanto pela ForTaRib em suas operações.

A capacidade tecnológica e industrial é proporcionada pela existência de estaleiros com capacidade de construção naval, apesar da região possuir a menor possibilidade científico-tecnológico e de inovação do País (NEGRETE, 2016). De qualquer forma, ela não pode ser ignorada, pois há bons exemplos na Amazônia Ocidental como o INPA, o CBA, as indústrias da ZFM e os estaleiros com históricos positivos de construção e manutenção naval. Estes últimos são capacitados para construir embarcações regionais de diversos portes, o que possibilitou a construção do Navio de Assistência Hospitalar (NASH) Soares de Meirelles em 2008 (LAITA; ARNÁIZ, 2012; NEGRETE, 2016). Este navio foi incorporado à MB em 2010, sendo um meio naval multipropósito empregado em ACISO,

⁶¹ A MB, por meio dos NASH, presta apoio de saúde às populações ribeirinhas, levando o Ministério da Saúde repassar recursos ou atualizar os equipamentos de saúde destes meios, por meio de Termo de Cooperação. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/com9dn/node/42>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

bem como nas OpRib pela sua capacidade de transportar tropas (BARREIRA, 2018; SANTOS, 2016).

Sobre o assunto em questão, cabe frisar que a MB poderia colocar em prática a proposta de corredor logístico de manutenção⁶² prevista no PAEMB (BRASIL, 2013). Assim, seria utilizado o Corredor de Manutenção Norte pela integração destas atividades entre a Estação Naval do Rio Negro (ENRN) e a Base Naval de Val de Cães (BNVC), excluindo a Base Naval de Natal da proposta do PAEMB (BRASIL, 2013), de forma a priorizar somente o cenário amazônico, devido às características similares dos meios navais aí existentes.

Dentro do Corredor de Manutenção Norte, cabe destacar que a BNVC desenvolveu um projeto pioneiro e atualizado de uma Lancha de Combate, contando com blindagem e outras capacidades para emprego no cenário ribeirinho (GOMES DOS SANTOS, 2012), que ampliaria a projeção de poder das OpRib, além de auxiliar outras tarefas operativas fluviais do Poder Naval (BARREIRA, 2016). Essas lanchas poderiam ser produzidas, também, para atender as demandas da sociedade regional em termos de transporte fluvial privado de pessoal, além de agentes de órgãos de todos os níveis governamentais no cumprimento de suas tarefas afins (GOMES DOS SANTOS, 2012). Assim, é fundamental que a BNVC continue com esse conhecimento, haja vista os investimentos feitos pela Força, de forma a não repetir os erros do passado (GOMES DOS SANTOS, 2012). Nesse sentido, é lícito afirmar que as possibilidades e aptidões citadas anteriormente poderiam contribuir com as capacidades de pronta resposta e dissuasão de uma ForTaRib, além de viabilizar o desenvolvimento regional pelo uso dual dos meios apresentados.

⁶² O PAEMB previu o atendimento da função logística de manutenção, de forma que cada área vital no Brasil pudesse atuar independente dos principais centros do País (BRASIL, 2013).

Ao abordar o conceito de Oceanopolítica⁶³, constata-se sua aderência ao cenário amazônico ocidental, pois

O rio, [...] unido ao homem, em associação quase mística [...], onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. [...] os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana e [...] fazem girar a civilização – comandam a vida no anfiteatro amazônico (TOCANTINS, 2000, p. 278).

A importância dos rios para a região é tão marcante que levou o poeta Thiago de Mello (1926-) referir-se à Amazônia como “a pátria da água”, evidenciando, também, a ligação deste ambiente ao conceito de Oceanopolítica (BRASIL, 2019b). Assim, essas considerações materializam claramente a influência dos cursos d’água nas relações de poder dos atores aí atuantes, além de serem vitais às populações ribeirinhas, aos setores econômicos, ao desenvolvimento sustentável, à preservação ambiental, enfim tudo que envolve o cenário amazônico ocidental (BRASIL, 2019b; NOGUEIRA, 2016). Nessa ótica, pode-se afirmar que o Poder Naval contribui com o conceito de Oceanopolítica pela proteção e controle das LCF e pelas ações estratégicas de segurança e defesa associadas aos cursos d’água, que são alcançadas pelas OpRib.

Considerando o Conceito Estratégico⁶⁴ Marítimo-Naval, pode-se afirmar que, após análise dos objetivos que se deseja alcançar, ele descreve o preparo e o emprego mais amplo do Poder Naval, de acordo com as orientações da Política Naval (BRASIL, 2019b; VIDIGAL, 2002). Nesse contexto, como esse Conceito influencia a Doutrina Militar Naval e o dimensionamento de forças (BRASIL, 2019b), é lícito afirmar que o preparo e o emprego

⁶³ É uma disciplina geopolítica num sentido amplo, que envolve o Estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando a influência dos espaços oceânicos sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros Estados e demais atores internacionais (BRASIL, 2019b, p. 21).

⁶⁴ É uma fixação do que cumpre fazer, em termos amplos e flexíveis, a fim de permitir a utilização na composição dos empreendimentos básicos que dela decorre. Considerando o Conceito Estratégico Militar, pode-se afirmar ele tem por finalidade orientar as atividades de preparo e emprego da expressão militar do Poder Nacional e o planejamento delas decorrentes (BRASIL, 2015b, p. 68-69).

do Poder Naval no cenário amazônico ocidental seguirão orientados pelas Tarefas Básicas do Poder Naval, que são plenamente atendidas pelas OpRib. Dessa forma, para atingir o propósito geral desta operação naval, a ForTaRib poderá projetar poder sobre terra de diversas formas: desembarques ribeirinhos por tropas de fuzileiros navais devendo ater-se às calhas dos rios (BRASIL, 2018), realizar operações de defesa de porto ou ações de defesa de estruturas estratégicas localizadas nas margens das hidrovias; e ações aeronavais e aéreas empregando, respectivamente, os meios aeronavais e aéreos da Força Aérea Brasileira (FAB) e do EB, quando em operações conjuntas. Simultaneamente ou em momentos distintos das operações e ações supramencionadas, o conjugado anfíbio poderá controlar ou negar o uso de uma ARib ao oponente pelo estabelecimento de setores específicos para cada grupamento funcional da ForTaRib. Ao desempenhar essas operações e ações com sucesso, o Poder Naval contribuirá para dissuasão pela presença eficiente dos seus meios operativos. Dessa forma, é possível afirmar que todas essas operações e ações centradas nas OpRib contribuirão com as seguintes capacidades nacionais de defesa previstas na END: proteção, pronta resposta e dissuasão.

Com meios apropriados e no estado da arte, além de dispor de militares motivados e bem adestrados, o Poder Naval, na região em questão, poderá enfrentar diversas ameaças de atores governamentais e, principalmente, não governamentais. Nesse contexto, a ForTaRib deverá estar em condições de enfrentar outras forças navais ribeirinhas, bem como grupos adversos e outros atores enquadrados como novas ameaças (SPELLER, 2019). Cabe frisar que os possíveis oponentes citados poderão fazer uso de estratégias de conflito irregular, caracterizando a necessidade da ForTaRib estar preparada para enfrentar conflitos híbridos (SPELLER, 2019).

Além disso, em virtude da complexidade do ambiente ribeirinho, os conflitos atuais e futuros exigem e exigirão forças empregando operações de amplo espectro⁶⁵ (VISACRO, 2018). Assim, uma parte do efetivo da ForTaRib poderá estar lutando ferrenhamente com o opositor, enquanto outras parcelas da força estarão, ao mesmo tempo, patrulhando e realizando ACISO em partes diferentes de uma mesma ARib.

Para atender o preparo da Força no cenário amazônico ocidental, é determinante uma atualização doutrinária do Poder Naval dentro da realidade atual, além de considerar os cenários futuros, pois Laita e Arnáiz (2012) descrevem que a MB é uma das principais forças navais fluviais e ribeirinhas do continente americano, junto às marinhas dos EUA, da Colômbia e do Peru. Outros Estados sul-americanos que fazem fronteiras com a porção ocidental da Amazônia brasileira, como Bolívia e Venezuela, possuem marinhas com capacidades ribeirinhas abaixo das acima citadas (LAITA; ARNÁIZ, 2012).

Essas ações ajudarão, também, os Estabelecimentos do Sistema de Ensino Naval (SEN) ter condições de formar militares de maneira apropriada e dentro da realidade dos cenários ribeirinhos nacionais. Tais Centros de Instrução deverão rever seus currículos para inserção desses conhecimentos como uma disciplina. Aliado a essas ações, é vital que o Comando Distrital crie o Curso Expedito ou Estágio de Preparação Operativo para Oficiais e Graduados no cenário amazônico ocidental para complementar tais conhecimentos de forma prática e atualizada. Esse curso ou estágio deverá atender, preferencialmente, os militares de todos os corpos e quadros que atuarão nos setores operativos deste Comando de Força.

Atualmente, os manuais de OpRib da MB padronizam a organização da ForTaRib para atender quaisquer demandas no cenário amazônico. Entretanto, Visacro (2009) explica que não há padronização para combater grupos que adotam as estratégias de conflito irregular.

⁶⁵ Esse conceito surgiu com o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais norte-americano, General Krulak, que citou, em 1989, que as guerras urbanas futuras seriam travadas observando o perímetro das três quadras (VISACRO, 2009, p. 316).

A própria história militar demonstra que é um erro empregar uma força utilizando métodos convencionais contra um oponente que adota estratégias de conflito irregular (VISACRO, 2009). Essa constatação pode ser comprovada em análises das Guerras da Indochina (1946-1954) e do Vietnã (1964-1975), onde, respectivamente, as FA francesas e norte-americanas foram derrotadas por empregar estratégias convencionais contra os métodos irregulares da Frente pela Independência do Vietnã ou *Vietminh*⁶⁶ (VISACRO, 2009). Desta forma, é fundamental implementar, desde já, adestramentos e exercícios de OpRib com tais temas, considerando os resultados psicológicos, estratégicos e políticos de suas ações e não somente uma avaliação nos níveis tático e operacional destas (BARREIRA, 2016; VISACRO, 2018).

A operação combinada BRACOLPER Naval, além de ser uma solução contra as possíveis ameaças na região da Tríplice Fronteira do Solimões, possibilitará o alcance do OBNAV de apoio à Política Externa e dos efeitos desejados da Diplomacia Naval⁶⁷. Cabe destacar, ainda, que esses laços de cooperação poderão possibilitar a construção do Navio-Patrolha Amazônico⁶⁸ a ser utilizado pelas marinhas brasileira, colombiana e peruana através de Acordo de Cooperação Técnica entre a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), *Corporación de Ciencia e Tecnología para el Desarrollo de la Industria Naval Marítima y Fluvial*⁶⁹ (COTECMAR) e *Servicios Industriales de la Marina*⁷⁰ (SIMA) (COLÔMBIA, 2018).

⁶⁶ Militância de cunho comunista, que foi fundada por *Ho Chi Minh* (1890-1969) em 1941, com objetivo de libertar e unificar o Vietnã como um Estado marxista (VISACRO, 2009, p. 103).

⁶⁷ De acordo com Bittencourt (2018, p. 97), ela poderia ser efetivada por demonstração permanente do Poder Naval em ações como: manobras com forças, deslocamentos, reforços e reduções de nível de forças; aumento ou redução da prontificação para o combate, e outras.

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/emgepron/pt-br/elaboracao-do-projeto-basico-de-engenharia-do-navio-patrolha-fluvial-amazonico>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

⁶⁹ Corporação de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da Indústria Naval Marítima e Fluvial (Tradução nossa).

⁷⁰ Serviços Industriais da Marinha do Peru (Tradução nossa).

Em relação à necessidade da defesa proativa⁷¹ das áreas estratégicas da Amazônia Ocidental, cabe destacar que ela será favorecida pela operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), o qual deverá estar integrado aos Sistemas de Proteção da Amazônia (SIPAM) e Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON) para atingir a efetividade de defesa dessa região (BRASIL, 2019b). A adoção dessas ações torna-se fundamental, em virtude da grande dependência econômica, do desenvolvimento e do bem-estar das pessoas em relação aos rios da região, possibilitando que a ForTaRib atue antecipadamente em função das características do Poder Naval que esta Força possui.

Associada à postura proativa, é necessário o uso otimizado e permanente das atividades de inteligência, permitindo a atualização em tempo real das áreas estratégicas e das ameaças na região.

Outro desafio que o Poder Naval enfrenta na região, são as ACISO prestadas às populações ribeirinhas, que são conhecidas historicamente como Assistências Hospitalares (ASSHOP) (BRASIL, 2017; SANTOS, 2016). Essas ações são determinantes para tais públicos, em função das grandes distâncias de suas comunidades em relação aos centros urbanos amazônicos, aliado à dificuldade de acesso a estas áreas pelos meios dos estados da região e do próprio Ministério da Saúde (SANTOS, 2016). Para minimizar parcela desta limitação do Estado brasileiro, os NASH, também denominados Navios da Esperança, prestam atendimentos médicos, odontológicos e farmacêuticos, de acordo com os Polos de Saúde especificados na FIG. 10 do Anexo D (SANTOS, 2016), além de possibilitar a conquista de corações e mentes destas populações, de forma a impedi-las que sejam cooptadas e utilizadas pelas organizações criminosas presentes na região (VISACRO, 2009). Nesse contexto, estas demandas poderão ser atendidas por esses navios, que farão parte da ForTaRib

⁷¹ Postura que requer maior agilidade, inclusive decisória, para a tomada da iniciativa das ações, que demanda uma atuação antecipada e um maior grau de alerta. Ela apresenta vantagens em relação à Defesa ou Postura Reativa, que espera a ameaça ser concretizada para dar início às medidas reativas (BRASIL, 2019b, p. 35).

atuando nas áreas estratégicas, faixas de fronteiras e espaços vazios identificados nas comunidades de um dos Polos de Saúde selecionado. Essas ações poderão estar integradas, pelo menos, a duas operações: inteligência e psicológica. A primeira será desencadeada antes, durante e depois da execução das ACISO, pois as populações ribeirinhas são excelentes fontes de dados. Já a segunda, deverá ser planejada por militares que detenham tal conhecimento sobre o assunto, de forma a obter resultados efetivos para a defesa da região.

Para que as operações psicológicas atinjam seus efeitos desejados, será importante preparar os militares que farão parte das tripulações dos meios da ForTaRib, principalmente os NASH. Assim, serão disseminados a esses militares procedimentos e medidas que contribuirão com a obtenção, a manutenção e a ampliação do apoio da população ribeirinha em relação à Força Naval, pois um ato não apropriado de algum operador ribeirinho poderá comprometer a própria operação naval (VISACRO, 2018).

Em relação às ameaças cibernéticas, é lícito supor que elas poderão desestabilizar os grupamentos funcionais da ForTaRib, dificultando ou até inviabilizando a defesa das áreas estratégicas e outras tarefas relacionadas com esta operação (AMARAL *et al.*, 2017). É provável que os sistemas de C2 sejam os mais afetados, pois eles são assegurados, principalmente, pelas comunicações por dados e satélites, as quais poderão sofrer interferências externas e de difícil identificação dos autores, normalmente de natureza cibernética (MAYNARD, 2018). Essas ameaças poderão afetar, também, as ações do sistema de aeronaves remotamente pilotadas embarcadas (SARP-E), bem como os SisGAAz, SIPAM e SISFRON (AMARAL *et al.*, 2017). Dentro dessa ótica, os operadores ribeirinhos necessitarão de conhecimentos para protegerem-se das ações adversas do ciberespaço, além de poderem fazer uso proativo desta capacidade contra tais ameaças.

Na mesma linha do raciocínio anterior, os conhecimentos sobre as estratégias e ações de guerra cibernética, também, são fundamentais. Nesse sentido, cresce a importância

da obtenção dessas possibilidades em cursos expeditos na própria MB e em outras instituições brasileiras ou internacionais que detenham tais conhecimentos, até a criação de um Centro próprio da Força para tal fim.

Em relação aos meios operativos que compõem o conjugado anfíbio, as aeronaves de asa rotativa ou helicópteros de médio e pequeno portes ampliarão a possibilidade de projeção de poder da ForTaRib, além de criar um dilema ao oponente, em virtude dessa Força Naval dispor de diversos vetores de projeção e sistema de armas para atingir seus efeitos desejados (BARREIRA, 2016; VIVIANI SILVA, 2016). O helicóptero, mesmo se for empregado a partir de terra, ampliará a capacidade operativa e de apoio logístico da ForTaRib (BARREIRA, 2016; VIVIANI SILVA, 2016). Cabe destacar, ainda, que esse meio possibilitará o acesso de meios da ForTaRib com maior rapidez a qualquer parte da região, já que alguns cursos d'água possuem obstáculos à navegação fluvial de navios e embarcações de grande e médio portes, impedindo que atinjam todas as áreas estratégicas da Amazônia Ocidental (VIVIANI SILVA, 2016). Não se pode desconsiderar, também, os períodos de seca da região, que ocorrem, normalmente, entre os meses de abril a setembro (ABREU, 2016).

Diante dos desafios e possíveis ameaças atuais e futuras, o SARP-E poderá ser incorporado aos meios aeronavais, de forma a prover a segurança apropriada da ForTaRib durante seu movimento para ARib, além de possibilitar a ratificação ou retificação de seus objetivos na cena de ação. Esses meios ampliarão, também, o cumprimento efetivo de inúmeras tarefas atribuídas à ForTaRib, possibilitando a economia de forças pela substituição de helicópteros em tarefas atendidas pelos dois meios.

Dentro do conjugado anfíbio pode-se enumerar, ainda, os meios navais (navios, embarcações e lanchas) e os fuzileiros navais. Estes últimos possibilitarão a projeção do poder sobre terra, em particular nas margens dos cursos d'água, contribuindo para o controle das vias fluviais, além de auxiliar a proteção da ForTaRib como um todo, na composição dos

escalões de segurança, durante seu movimento para ARib e no estabelecimento da Base de Combate Ribeirinha (SILVA JUNIOR, 2013). Já os meios navais atenderão inúmeras tarefas operativas e logísticas, por serem distintos uns dos outros e terem características próprias. Cabe frisar que estes meios encontram-se adequados às tarefas impostas e ao cenário amazônico ocidental, apesar da maioria dos navios possuir idade já avançada (NEGRETE, 2016; SANTOS, 2016).

Entretanto, as demandas na Amazônia Ocidental são complexas e amplas, necessitando de ações sinérgicas do Poder Naval com outras FA e órgãos governamentais ou privados pelo uso apropriado dos conceitos de operações conjuntas e interagências, respectivamente (BARREIRA, 2018). Nesse sentido, diante da carência de transporte de tropas de maior envergadura na região, o Poder Naval poderá minimizá-lo pelo emprego conjunto dos meios do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia do EB ou da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica da FAB, ambas localizadas em Manaus, que dispõem de embarcações, empurradores e balsas (BARREIRA, 2018; LAITA; ARNÁIZ, 2012). Caso haja uma campanha de maior envergadura, serão necessários comboios de reabastecimento, que poderão ser escoltados por uma ForTaRib (SILVA JUNIOR, 2013), permitindo o apoio logístico permanente a parcelas das forças do Comando Conjunto na ARib selecionada.

Outra limitação do Poder Naval na região é a carência de helicópteros de porte médio, a qual poderá ser mitigada pela disponibilidade destas aeronaves pelo Batalhão de Aviação do EB e pela Ala 8⁷² da FAB durante as operações conjuntas (BARREIRA, 2018).

As operações interagências são e permanecerão vitais ao cenário amazônico ocidental diante das possíveis ameaças associadas às atividades ilícitas de diversas naturezas

⁷² É uma organização operativa (de nível tático) focada tanto nas atividades de preparo quanto nas ações de emprego da Força, quando assim for determinado. Elas são distribuídas pelo território nacional. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/organizacoes/estado/AM>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

(BUZAN *et al.*, 1998). Aliado a isso, em virtude das características do Poder Naval, os órgãos de segurança e agências de fiscalização embarcadas nos meios navais e aeronavais serão empregadas nessas operações com menores custos, além de possibilitar a capilaridade e alcance maior das ações desses agentes, nos rincões da região, contra atividades ilícitas e seus autores (BARREIRA, 2018). Nos desempenhos de suas tarefas, estes agentes poderão contar, também, com a segurança prestada por tropas de fuzileiros navais. Nesse contexto, o Poder Naval poderá contribuir com o enfraquecimento dos ilícitos, na Amazônia Ocidental, até dissolvê-los pelo emprego coordenado entre a ForTaRib e esses órgãos e agências.

Para dar visibilidade às recomendações apresentadas, a MB deverá ampliar a divulgação desses feitos, adestramentos, operações e atividades por diversos meios de comunicação, além de facilitar o acesso rápido a estas matérias pela sociedade brasileira (ZOTTOLO, 2019).

Uma estratégia naval baseia-se na Política Naval, que descreve a necessidade de proteção aos interesses e objetivos brasileiros no País, onde o Poder Naval deve estar preparado para fazer frente a uma crise interestadual, bem como contra quaisquer ameaças de atores não governamentais (BRASIL, 2019b). Dentro desta consideração, as áreas estratégicas da Amazônia Ocidental, as quais estão materializadas pelas estruturas e regiões, que viabilizam os setores socioeconômicos, bem como os espaços vazios e as faixas de fronteiras deverão ser protegidas contra qualquer ação hostil, já que elas materializam os objetivos de defesa e, conseqüentemente, OBNAV. Nesse sentido, sugere-se a criação de uma AEN voltada para alcançar tal OBNAV. Assim, além daquelas descritas no Capítulo 4 do PEM, que atendem plenamente o cenário amazônico ocidental, seria criada a seguinte AEN: identificar e atualizar áreas estratégicas e ameaças associadas a elas.

Apesar deste trabalho ter como objetivo propor uma estratégia naval para Amazônia Ocidental, ele poderá servir de subsídios para outros documentos, publicações e planejamentos de diversos setores da MB.

Por fim, é vital que a Amazônia Ocidental disponha de um Poder Naval crível e plenamente capacitado pelo preparo indicado por uma estratégia naval apropriada às peculiaridades do cenário ribeirinho em questão. Entretanto, para que a estratégia tenha efetividade, é necessário que ela seja integrada às estratégias navais previstas para as Amazônias Oriental e Azul, já que há interdependência entre as hidrovias amazônicas e o Atlântico Sul, no Arco Norte.

5 CONCLUSÃO

A Amazônia brasileira, por suas riquezas reais e potenciais, foi, é e continuará sendo uma área vital de defesa. Nesse sentido, os portugueses empreenderam feitos hercúleos para defendê-la desde o século XVII, sendo herdada pelo Brasil praticamente com as mesmas dimensões. O País preservou esta área vital pelo emprego estratégico do Poder Naval em diversas ocasiões em que o uso da expressão militar fora necessário.

A região enfrentou momentos de altos e baixos econômicos durante os séculos XIX e XX, entrando, de forma efetiva, nas agendas de planejamento dos governos brasileiros, a partir dos anos de 1960. Nesse contexto, foram criadas infraestruturas para alavancar seu desenvolvimento econômico em diversos setores, com destaque à ZFM. Essas ações foram acompanhadas por planejamentos de ocupação, que geraram conflitos entre fazendeiros, tribos indígenas, posseiros e garimpeiros presentes até os dias atuais.

A segurança e a defesa da região amazônica, também, foram influenciadas pela conjuntura internacional do término da Guerra Fria, passando a fazer parte das agendas de segurança externas, em virtude da necessidade de preservação ambiental, da proteção dos direitos dos povos indígenas e da presença de grupos adversos como narcotraficantes e organizações criminosas. Diante desse alerta, o Estado brasileiro implementou e reforçou algumas ações para mitigar possíveis intervenções externas, por meio de mobilizações militares em direção à Amazônia, inclusive pela ampliação da presença FA nesta região. Nesse contexto, a MB esteve presente através de adestramentos e exercícios simulados de OpRib. Além disso, foram criados documentos de defesa de alto nível, descrevendo que as ameaças existenciais na Amazônia seriam de naturezas militar, política, econômica, social e ambiental.

Internamente, constata-se o aumento das ameaças multifacetadas, com destaque às organizações criminosas, que possuem capacidades de C2 eficazes, possibilitando-as realizar

ações terroristas contra as populações urbanas das capitais de alguns estados, bem como determinar rebeliões sanguinárias em presídios nacionais. Esses grupos adversos poderão ampliar suas influências e poder pela associação a narcotraficantes dos países vizinhos, em particular na Tríplice Fronteira do Solimões, e pelo uso de populações ribeirinhas, empregando estratégias de conflito irregular em apoio às suas atividades ilícitas na região. Como essas ameaças são, normalmente, transfronteiriças, elas poderão ser resolvidas por ações cooperativas entre os Estados vizinhos, já que serão influenciados negativamente por essas atividades hostis.

A presença de potências militares e econômicas nas proximidades da Amazônia Ocidental não pode ser negligenciada, haja vista a região possuir recursos vitais para os dias atuais e futuros. Diante disso, pode-se afirmar que a região em questão torna-se valorizada por suas vocações agrícolas, florestais, minerais, aquáticas e de integração com as economias de fronteiras, as quais são sedimentadas pelas áreas estratégicas, como: UHE; portos ou terminais hidroviários; áreas de preservação ambiental e de exploração mineral; hidrovias para o transporte de cargas e de pessoas; infraestruturas localizadas nas margens dos rios navegáveis da região; algumas reservas indígenas, em particular aquelas localizadas nas faixas de fronteiras; as próprias faixas de fronteiras; e espaços vazios.

Assim, diante do fato da Amazônia Ocidental ser um ambiente eminentemente fluvial, aliado às considerações citadas anteriormente, constata-se a necessidade da formulação de uma estratégia naval voltada à região em questão, já que o PEM não descreve “como fazer” e “que meios” serão necessários para proteger as áreas estratégicas em relação às ameaças de diversas naturezas.

Nessa linha de raciocínio, a OpRib é e será a base para formulação desta estratégia, cujas principais contribuições estão descritas abaixo:

- a) a diferença entre o ambiente operacional das Amazônias Oriental e Ocidental.

A primeira é caracterizada pelos ambientes marítimo e fluvial. Já a segunda é exclusivamente fluvial. Além disso, as diferenças entre estes ambientes em relação às condições do terreno e da hidrografia, acrescidas pelas características psicossociais, históricas e culturais específicas de cada área condicionarão o preparo e emprego do Poder Naval;

b) necessidade de proteção às hidrovias e aos terminais hidroviários, atendendo às funções de Poder Marítimo de intercomunicação e de defesa fluvial, respectivamente, devido à interdependência entre as bacias fluviais dessa região (LCF) e as LCM, cuja expressão militar adequada para tal fim é o Poder Naval, o que materializa a OpRib como a principal operação naval para alcançar tais efeitos desejados;

c) levantamento de quatro áreas prioritárias para o emprego do Poder Naval, as quais são caracterizadas pela convergência dos demais cursos d'água para cada uma delas, a saber: ocidental, que abarca a região da Tríplice Fronteira do Solimões, com destaque às cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e Santo Antônio do Içá; central, que abrange as regiões do Solimões, destacando-se as localidades de Fonte Boa, Tefé e Coari; oriental, que contém as regiões do Amazonas e Madeira, com destaque às cidades de Anamã, Manaus e Itacoatiara, respectivamente; e noroeste, que abrange à região do rio Negro, com destaque às cidades de São Gabriel da Cachoeira, Manaus, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Nestas áreas, o Poder Naval empregará a OpRib dentro dos conceitos de operações conjuntas, interagências e combinadas, em períodos constantes, de acordo com as ameaças e os efeitos desejados a serem alcançados para cada área estratégica;

d) estabelecimento do Corredor de Manutenção Norte, integrando a ENRN e a BNVC nestas atividades, devido às características similares dos meios navais aí existentes. Cabe destacar, ainda, a continuação dos conhecimentos em construção de Lancha de Combate pela BNVC, atendendo às necessidades do Poder Naval, das agências governamentais e de empresas privadas de transporte de pessoas, de forma a propiciar o uso dual do meio;

e) aderência do conceito de Oceanopolítica ao cenário amazônico ocidental, em virtude dos rios serem vitais às populações ribeirinhas, aos setores econômicos, ao desenvolvimento sustentável e à preservação ambiental, influenciando as relações de poder dos atores aí atuantes;

f) em virtude de ameaças de naturezas diversas e da complexidade do cenário amazônico ocidental, é determinante uma atualização doutrinária para preparar o Poder Naval dentro da realidade atual e os cenários futuros, abordando os conflitos irregulares e híbridos. Estas ações proporcionarão condições aos Estabelecimentos do SEN formar militares de maneira apropriada e atualizada aos cenários ribeirinhos nacionais;

g) necessidade do Poder Naval estar preparado para enfrentar conflitos irregulares e híbridos, além de estar capacitado para realizar operações de amplo espectro, implementando, desde já, adestramentos e exercícios de OpRib com tais temas;

h) necessidade da defesa proativa nas áreas estratégicas da Amazônia Ocidental pela ForTaRib, que poderá ser favorecida pela operação do SisGAAz integrado aos SIPAM e SISFRON, possibilitando que esta Força Naval possa atuar antecipadamente na cena de ação;

i) continuidade das ACISO às populações ribeirinhas, devendo ser integradas às operações de inteligência e psicológicas, o que possibilita, também, a conquista de corações e mentes, além de impedi-las que sejam cooptadas e utilizadas pelas organizações criminosas presentes na região;

j) necessidade dos operadores ribeirinhos possuírem conhecimentos sobre as ameaças cibernéticas, pois elas poderão dificultar ou até inviabilizar a defesa das áreas estratégicas e outras tarefas relacionadas a elas;

k) necessidade de o conjugado anfíbio dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais no estado da arte, além de empregá-las apropriadamente. Caso o Poder Naval não possua alguns destes meios para atender suas demandas, poderá minimizar tal

carência com meios das outras FA através das operações conjuntas. Reforçar, também, a mentalidade de operações interagências e combinadas, enfatizando suas realizações, em função da exigência do ambiente ribeirinho em estudo, onde as ameaças são de natureza diversificada (não só militar) e transfronteiriças; e

l) criação de uma AEN voltada à identificação e à atualização das áreas estratégicas, bem como das ameaças associadas a elas, já que as demais ações estratégicas descritas no PEM atendem plenamente o cenário amazônico ocidental.

Apesar da proposta dessa estratégia ao Poder Naval na Amazônia Ocidental, ela poderá servir de subsídios para outros documentos, publicações e planejamentos de diversos setores da MB.

Por fim, é vital que a Amazônia Ocidental disponha de um Poder Naval crível e plenamente capacitado pelo preparo indicado por uma estratégia naval apropriada ao cenário ribeirinho em questão, a qual terá efetividade se integrada às estratégias navais previstas para as Amazônias Oriental e Azul, já que há interdependência entre as hidrovias amazônicas e o Atlântico Sul, no Arco Norte.

REFERÊNCIAS

ABREU, Victor Sousa. Características da Área de Atuação. In: NOGUEIRA, Domingos Savio A. (Org.). **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2016. cap. 1, p. 18-23.

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. O Barão do Rio Branco e a Política Internacional. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 122, n. 10/12, p. 167-196, Out./Dez. 2002.

AMARAL, Cristiano T. do *et al.* **A importância estratégica de um satélite geoestacionário de defesa e comunicações no confronto cibernético**. In: Congresso Acadêmico de Defesa Nacional, 14, 2017, [S. l. ; s. n.]. 11 p. Disponível em: < <https://pandia.defesa.gov.br/images/acervodigital/ImportanciaEstrategicaSateliteGeoestacionario.pdf> >. Acesso em: 15 jul. 2019.

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 17-38, Set. 2015. Disponível: <<http://journals.openedition.org/rccs/5993>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. **The Advent of Netwar**. Santa Monica, California: Rand Corporation, 1996. Cap 2, p. 3-16. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR789.html>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BARREIRA, M. Rossini Batista. Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental. In: NOGUEIRA, Domingos Savio A. (Org.). **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2016. cap. 7, p. 100-108.

_____. A participação dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais nas Operações Conjuntas, Combinadas e Interagências na Amazônia. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 16-23, 2018.

BECKER, Bertha K. **As amazônias: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Organização Ima Célia Guimarães Vieira. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 516 p. (As amazônias, 3).

BITTENCOURT, Armando de Senna. O Pensamento Militar de Rio Branco e o Emprego do Poder Militar na Paz. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 138, n. 01/03, p. 90-101, Jan./Mar. 2018.

BORGES DA SILVA, Yan; SANTANA, Paola Verri de. Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da PETROBRAS e a agenda 21. **Revista Geonorte**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 28, p. 51-64, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/issue/view/189>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras**. Edição Especial. Brasília. 2015a. Disponível em: <www3.snirh.gov.br/portal/snirh/conjuntura_informe_2015.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Arco Norte: o desafio logístico**. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Brasília. 2016. 392 p. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/editora>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. COMANDO DA MARINHA. **Política Naval**. Brasília. 2019a.

_____. **Decreto Legislativo nº. 179, de 14 de dezembro de 2018**. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº. 2, de 2017 (Mensagem nº. 616, de 18 de novembro de 2016, na origem). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 dezembro 2018. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/30745258>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

_____. ESTADO-MAIOR DA ARMADA. **EMA-305**. Doutrina Militar Naval. Brasília. 2017.

_____. _____. **Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil**. Brasília. 2013.

_____. _____. **Plano Estratégico da Marinha**. Brasília. 2019b. No prelo

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. **MD35-G-01**. Glossário das Forças Armadas. 5.ed. Brasília. 2015b.

BRAVO E PAIVA, Ana L. **Migrações no século XXI: tendências gerais**. In: Curso de Segurança e Defesa - 2019. Apresentação em slides. Rio de Janeiro: Auditório da Escola Superior de Guerra. 19 abril 2019.

BUZAN, Barry. **People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era**. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

_____. *et al.* **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

_____. ; WAEVER, Ole. **Regions and Powers**. 5. ed. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. ; _____. Macrosecuritization and Security Constellations: Reconsidering Scale in Securitization Theory. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 35, n. 2, p. 253-276, 2009.

CALDERÓN, Carlos Enrique Álvarez. Ocupación de los Espacios Vacíos: Una Condición Sine Qua Non para la Seguridad Multidimensional en Colombia. In: _____ (Ed.). **Escenarios y Desafíos de la Seguridad Multidimensional en Colombia**. Bogotá: Escuela Superior de Guerra Maestría en Seguridad y Defensa Nacionales, 2017. cap. V, p. 307-386.

CARVALHO MARQUES, Lenivaldo; NOGUEIRA, Ricardo J. B. Concepções teóricas a fronteira nacional. **Revista Geonorte**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 28, p. 77-97, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/issue/view/189>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

COHEN, Saul B. Geopolitics: The Geography of International Relations. 3. ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009. p. 168-169 *apud* CALDERÓN, Carlos Enrique Álvarez. Ocupación de los Espacios Vacíos: Una Condición Sine Qua Non para la Seguridad Multidimensional en Colombia. In: _____ (Ed.). **Escenarios y Desafíos de la Seguridad Multidimensional en Colombia**. Bogotá: Escuela Superior de Guerra Maestría en Seguridad y Defensa Nacionales, 2017. cap. V, p. 307-386.

COLMENERO LOPES, P. César. **A Marinha do Brasil na Amazônia Ocidental**. In: Curso de Política e Estratégica Marítima - 2019. Apresentação em slides. Manaus: Auditório do Comando do 9º Distrito Naval. 13 agosto 2019.

COSTA, Darc. **Fundamentos para o Estado da Estratégia Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 600 p.

DA SILVA, Francisco Carlos T. O Brasil e seu Entorno Geopolítico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS, 1., 2019, Rio de Janeiro. **Geopolítica do Entorno Estratégico: América do Sul, Atlântico Sul, África e Antártica**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2019. Apresentação em slides.

DE CARVALHO, M. Oro. Levantamento Hidrográfico e Sinalização Náutica Fluvial. In: NOGUEIRA, Domingos Savio A. (Org.). **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2016. cap. 10, p. 150-161.

DE LIMA, W. Teles *et al.* Uma geopolítica para as águas continentais da Amazônia Ocidental. **Revista Geopolítica**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 11-21, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/issue/view/18/showToc>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

DO CARMO, Roberto Luiz *et al.* A migração internacional recente na fronteira norte do Brasil. In: ARAGÓN, Luís E.; OLIVEIRA, José A. de. **Amazônia no Cenário Sul-Americano**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 275-293.

GOMES DOS SANTOS, C. Augusto. Combat Boat-90: uma nova lancha de combate para a Marinha do Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 132, n. 10/12, p. 179-186, Out./Dez. 2012.

FILHO, Pio Penna. Interações regionais e pressões internacionais sobre a Pan-Amazônia: perspectivas brasileiras. In: GHELLER, Gilberto Fernando *et al.* **Amazônia e Atlântico Sul : desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA – NEP, 2015a. cap. 1, p. 17-38. Disponível: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26107 >. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. A Política Externa brasileira diante das principais questões amazônicas e do Atlântico Sul: desafios e perspectivas. In: GHELLER, Gilberto Fernando *et al.* **Amazônia e Atlântico Sul : desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA – NEP, 2015b. cap. 3, p. 307-333. Disponível: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26107 >. Acesso em: 05 fev. 2019.

FILHO, Oscar M.; LIMA, Raphael C. Guerra do Futuro: síntese e recomendações. **Análise Estratégica**, Brasília, ano 4, n. 1, p. 9-16, Dez./Fev. 2019. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2119/1713>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

FRANCHI, Tássio. Operação Acolhida: A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no Suporte aos Deslocados Venezuelanos. **Military Review**, Fort Leavenworth, p. 1-13, Jan. 2019. Disponível em:< <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Artigos-Exclusivamente-On-line/Artigos-Exclusivamente-On-line-de-2019/Operacao-Acolhida/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

FORTUNA, Hernani G. Amazônia: uma visão de preservação e desenvolvimento. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 126, n. 10/12, p. 69-81, Out./Dez. 2006.

GAMA E SILVA, Roberto. Amazônia para quem não conhece. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 123, n. 04/06, p. 81-93, Abr./Jun. 2003.

_____. A Epopeia do Acre: Relembrando o passado. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 124, n. 04/06, p. 133-152, Abr./Jun. 2004.

HERRAIZ, Aurelio Diaz; SOUZA DA SILVA, Maria de Nazaré. Diagnóstico socioambiental do extrativismo mineral familiar (garimpo) na calha do rio Madeira, em Humaitá, Amazonas. **Revista Pegada**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 202-226, Dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/issue/view/269>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LAITA, Francisco J. A.; ARNÁIZ, María L. Medina. **Guerra Fluvial Irregular: Fuerzas de Combate en los ríos de América**. Madrid: IDS, 2012. 196 p. Disponível em: <<https://www.infodefensa.com/wp-content/uploads/guerra-fluvial-irregular1.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

LOPES, Alfredo. CBA, a interlocução essencial. **O Atual Amazonas**, Manaus, 11 jun. 2019. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/cba-a-interlocucao-essencial>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

LOUREIRO, Antônio J. Souto. Histórico. In: NOGUEIRA, Domingos Savio A. (Org.). **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2016. cap. 4, p. 40-52.

MARQUES, Adriana A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. 117 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/pt-br.php>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MATTOS, Carlos Meira. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. In: _____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. v. II, cap. 1, p. 13-238.

MAYNARD, Dilton. Considerações sobre a ciberguerra. In: DA SILVA, Francisco C. Teixeira; LEÃO, K. S. Sousa. 1ª ed. **Por que a guerra?: das batalhas gregas à ciberguerra**

- **uma história da violência entre os homens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. cap 15, p. 467-488.

MONTEIRO, Lício C. do R. Novas territorialidades na fronteira Brasil-Colômbia: deslocamentos populacionais e presença de atores armados irregulares. In: ARAGÓN, Luís E.; OLIVEIRA, José A. de. **Amazônia no Cenário Sul-Americano**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 313-332.

MOREIRA, Gabriel B. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018. 355 p.

NEGRETE, Ana Carolina A. Plataforma Naval Militar. In: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial: **Mapeamento da Base Industrial de Defesa**. Brasília: IPEA. 2016, cap. 3, p. 177-249. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_livro_mapeamento_defesa.pdf >. Acesso em: 06 abr. 2019.

NOGUEIRA, Domingos Savio A. Hidrovia, o caminho da Amazônia. In: _____. **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2016. cap. 2, p. 24-30.

PAIVA, Luiz E. Rocha. Integração da Pan-Amazônia: desafios, estratégias, tendências e reflexos para a Defesa Nacional. In: GHELLER, Gilberto Fernando *et al.* **Amazônia e Atlântico Sul : desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA – NEP, 2015a. cap. 2, p. 39-84. Disponível: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26107 >. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. Direcionamento estratégico do Exército para a defesa e projeção de poder do Brasil na Pan-Amazônia. In: GHELLER, Gilberto Fernando *et al.* **Amazônia e Atlântico Sul : desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA – NEP, 2015b. cap. 4, p. 113-145. Disponível: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26107 >. Acesso em: 05 fev. 2019.

PAULA JUNIOR, Paulino Antonio de. Autoridade Marítima na Amazônia Ocidental. In: NOGUEIRA, Domingos Savio A. (Org.). **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2016. cap. 9, p. 116-149.

PEREIRA, A. da Costa. Infraestrutura Logística e necessidades do Exército em cenários de Conflitos Armados em áreas de Faixa de Fronteira: o caso do Arco Norte da Região Amazônica. **Artigos Estratégicos**, Brasília, ano 2, n. 03, p. 40-55, Jul./Dez. 2017. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEArE/article/view/1280/1232>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

PIMENTEL JUNIOR, G. Rodrigues. Operações Ribeirinhas. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 7-13, 2012.

PUNTEL, Leonardo. **Diretoria-Geral de Navegação**. In: Curso de Política e Estratégica Marítima - 2019. Apresentação em slides. Rio de Janeiro: Sala 506 da Escola de Guerra Naval. 15 março 2019.

RICARTE, Carlos A. de Almeida; SILVA, Ricardo G. da Costa. Agrohidronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia. **Revista Geonorte**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 28, p. 16-30, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/issue/view/189>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

RODRIGUES, M. Silva. **Secretaria-Geral da Marinha**. In: Curso de Política e Estratégica Marítima - 2019. Apresentação em slides. Rio de Janeiro: Sala 506 da Escola de Guerra Naval. 19 junho 2019.

SANTANA, Paola Verri de. Dimensões espaciais de cidades amazonenses: do dinheiro do petróleo aos serviços públicos de educação. In: MONTEIRO NETO, Aristides *et al.* (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil : políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. cap. 5, p. 157-196.

SANTOS, E. Blum de Oliveira. Comando da Flotilha do Amazonas. In: NOGUEIRA, Domingos Savio A. (Org.). **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2016. cap. 6, p. 58-99.

SILVA, Alberto T. da. Integração e governança na América do Sul: o caso da OTCA. In: ARAGÓN, Luís E.; OLIVEIRA, José A. de. **Amazônia no Cenário Sul-Americano**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 216-234.

SILVA JUNIOR, Vannei de A. **A Marinha Do Brasil Na Segurança Das Linhas De Comunicação Fluvial Na Amazônia: Validade Do Emprego Do Grupamento Operativo De Fuzileiros Navais Em Uma Campanha Ribeirinha Conjunta**. 2013. 69 f. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2013.

SPELLER, Ian. **Understanding naval warfare**. 2. ed. New York: Routledge, 2019. 240 p.

STANISLAWSKI, B. H. Editor's Note. In: _____ (ed.). Para-States, Quasi-States, and Black Spots: perhaps not states, but not "ungoverned territories", either. *International Studies Review*: 2008. p. 366-396 *apud* SOUZA, Marília Carolina B. de. **O conceito de áreas não governadas ou black spots e os desafios políticos e teóricos para a agenda de segurança**

do pós Guerra Fria. [S.l.]: Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais – UNESP, n. 14, 2012, 21 p. Ensaio. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague a os Estudos de Segurança Internacional. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, Jan./Jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

TAVARES, Maria G. da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, p. 133-152, Especial, 2011. Disponível em: <www.revistas.usp.br/geousp/issue/view/5735>. Acesso em: 05 abr. 2019.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** 9. ed. Manaus: Valer, 2000. 424 p.

VIDIGAL, Armando A. Ferreira. **A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro.** Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002. 137 p.

_____. *et al.* **Metodologia para formulação de políticas.** Rio de Janeiro: EducaBem, 2017. 108 p.

_____. Uma Estratégia Naval para o século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 138, Suplemento, p. 290-321, 2018a.

_____. A internacionalização da Amazônia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 138, Suplemento, p. 332-346, 2018b.

_____. **A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro.** [S. l. : s.n.], 1983. 176 p.

VILLA, Rafael D. O Paradoxo da Macrossegurização: quando a Guerra ao Terror não securitiza outras “Guerras” na América do Sul. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 349-383, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307800734_O_Paradoxo_da_Macrossegurizacao_Quando_a_Guerra_ao_Terror_nao_Securitiza_Otras_Guerras_na_America_do_Sul>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VILLAS BÔAS, Eduardo D. C. Meira Mattos, a Amazônia e o livro. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, [S.l.], n. 12, p. 43-75, dez. 2013. Disponível em: < <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEE/article/view/1257> >. Acesso em: 06 abr. 2019.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009. 384 p.

_____. **A guerra na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2018. 224 p.

_____. Fazendo as coisas certas: Segurança e Defesa do Estado Moderno. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, [S.l.], n. 01, p. 49-80, Mar. 2019.

VIVIANI SILVA, A. Marcello. Aviação Naval na Amazônia Ocidental. In: NOGUEIRA, Domingos Savio A. (Org.). **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2016. cap. 8, p. 109-115.

ZOTTOLO, Paulo. **Promoção da marca Marinha do Brasil**. In: Curso de Política e Estratégica Marítima - 2019. Apresentação em slides. Rio de Janeiro: Auditório Tamandaré da Escola de Guerra Naval. 28 junho 2019.

APÊNDICE — Áreas Focais da Amazônia Ocidental

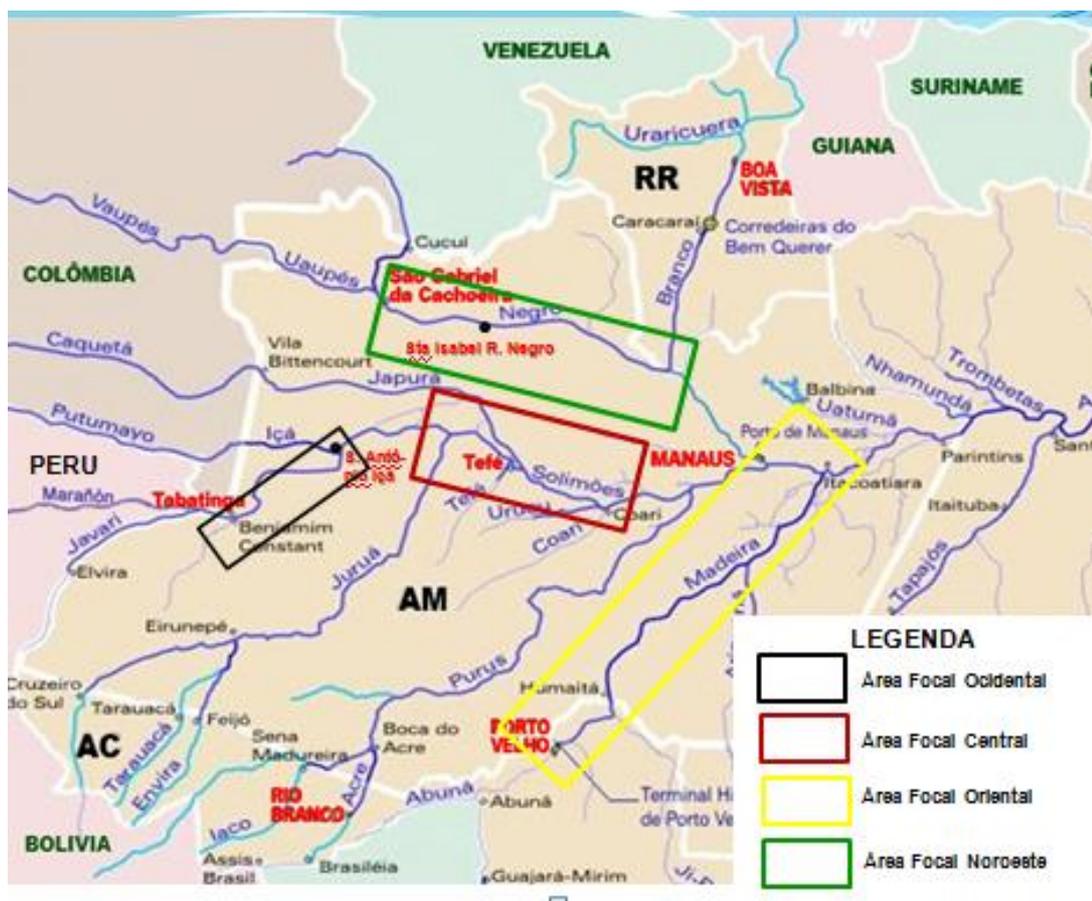


FIGURA 1 – Áreas Focais da Amazônia Ocidental

Fonte: O Autor, 2019.

ANEXO A — Áreas Vulneráveis na Amazônia Ocidental

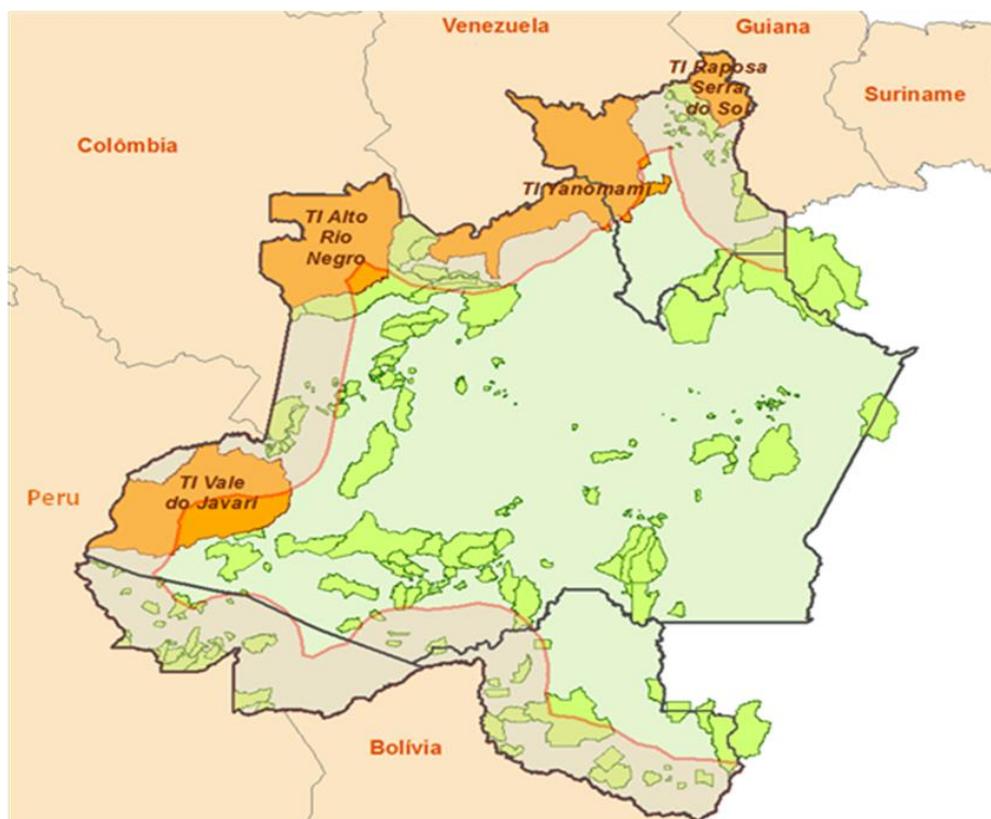


FIGURA 2 – Terras Indígenas na Amazônia Ocidental

Fonte: Adaptado de COLMENERO LOPES, 2019.

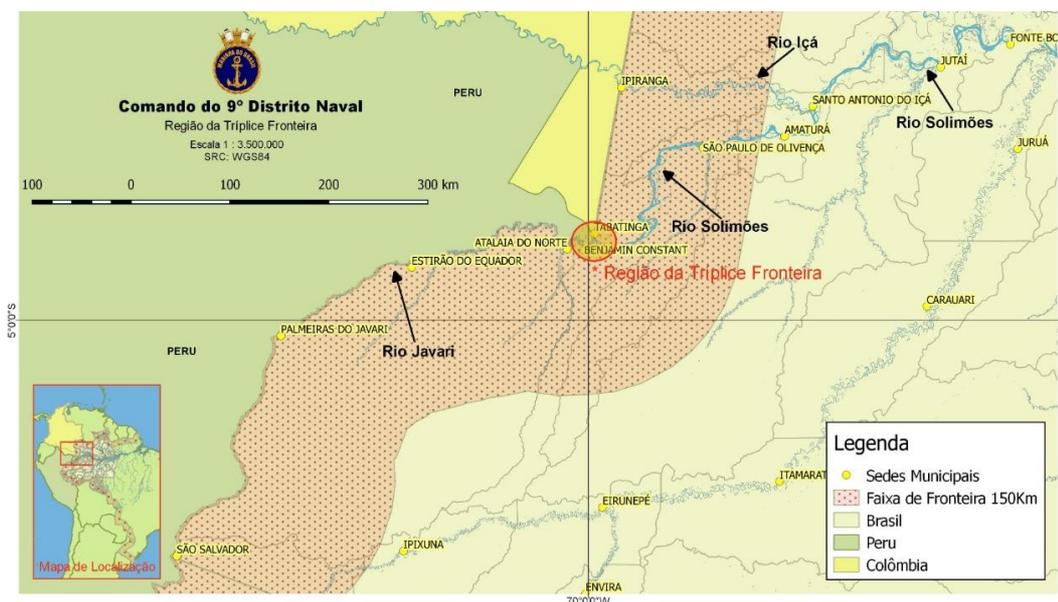


FIGURA 3 – Regiões dos Rios Solimões e Javari

Fonte: COLMENERO LOPES, 2019.

ANEXO B — Áreas Estratégicas na Amazônia Ocidental



FIGURA 4 – Hidrovias Madeira e Amazonas

Fonte: Adaptado de COLMENERO LOPES, 2019.

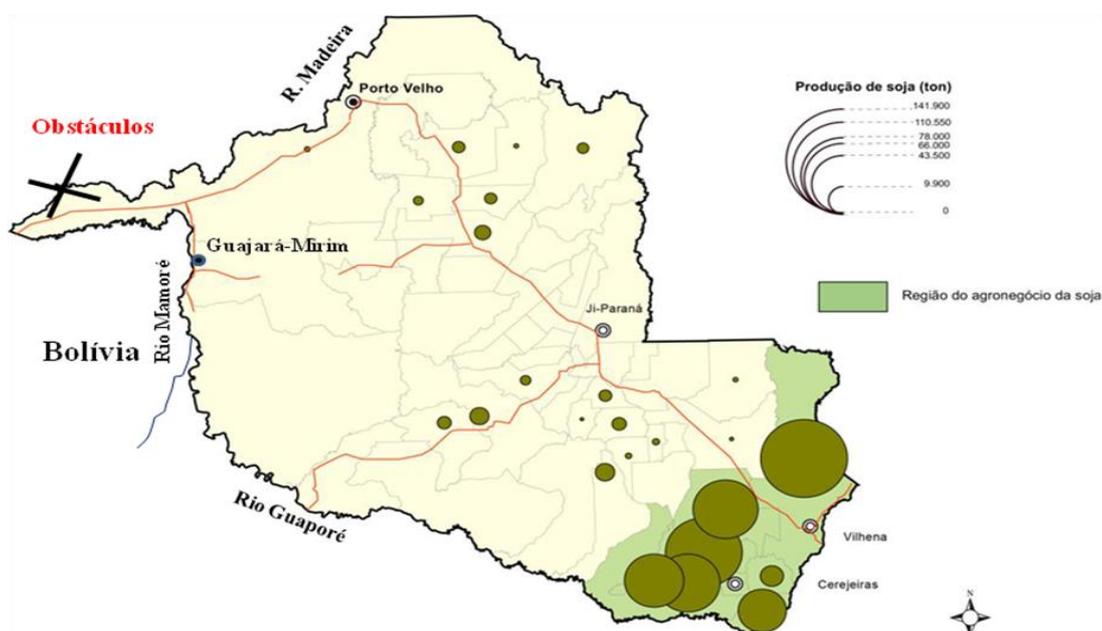


FIGURA 5 – O agronegócio do Cone Sul e os rios de Rondônia

Fonte: Adaptado de RICARTE; SILVA, 2017, p. 23.

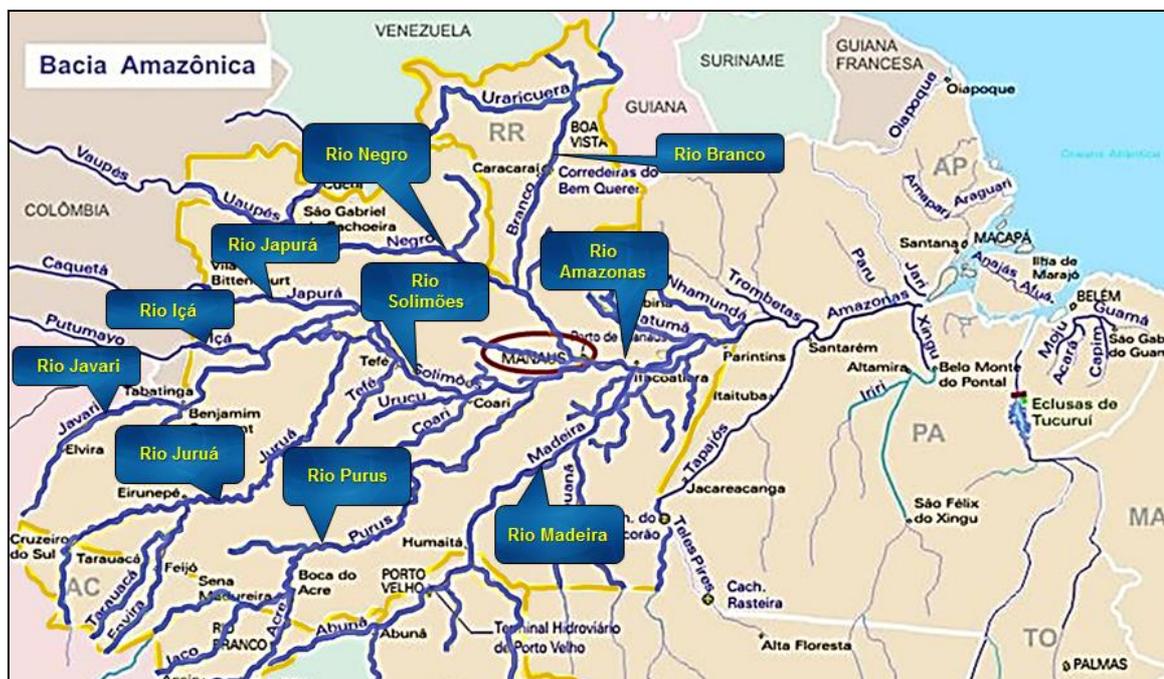


FIGURA 6 – Principais rios da Amazônia Ocidental

Fonte: COLMENERO LOPES, 2019.

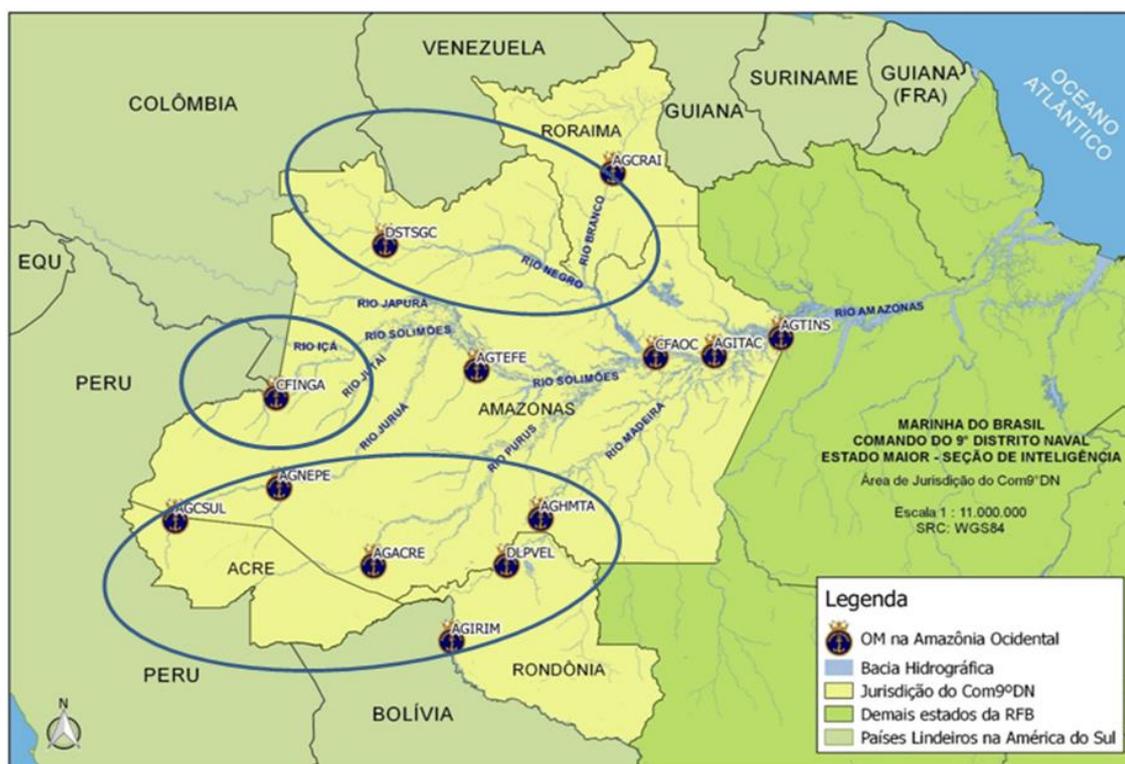


FIGURA 7 – Polos de intercâmbio entre os Estados Amazônicos

Fonte: Adaptado de COLMENERO LOPES, 2019.

ANEXO C — Crescimento Econômico do Arco Norte

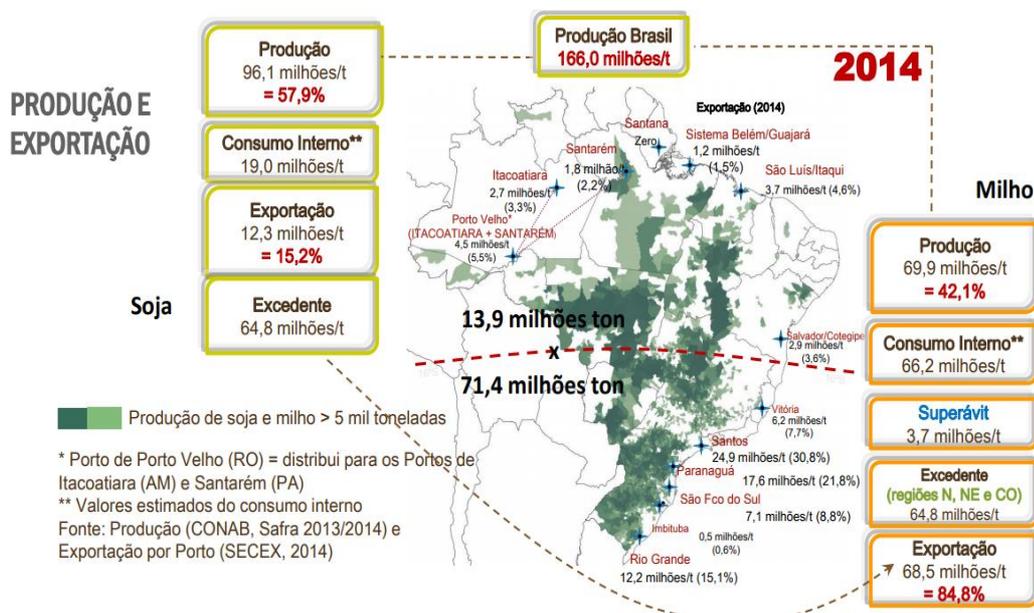


FIGURA 8 – Produção e Exportação do agronegócio pelo Arco Norte em 2014
 Fonte: BRASIL, 2016, p. 26.

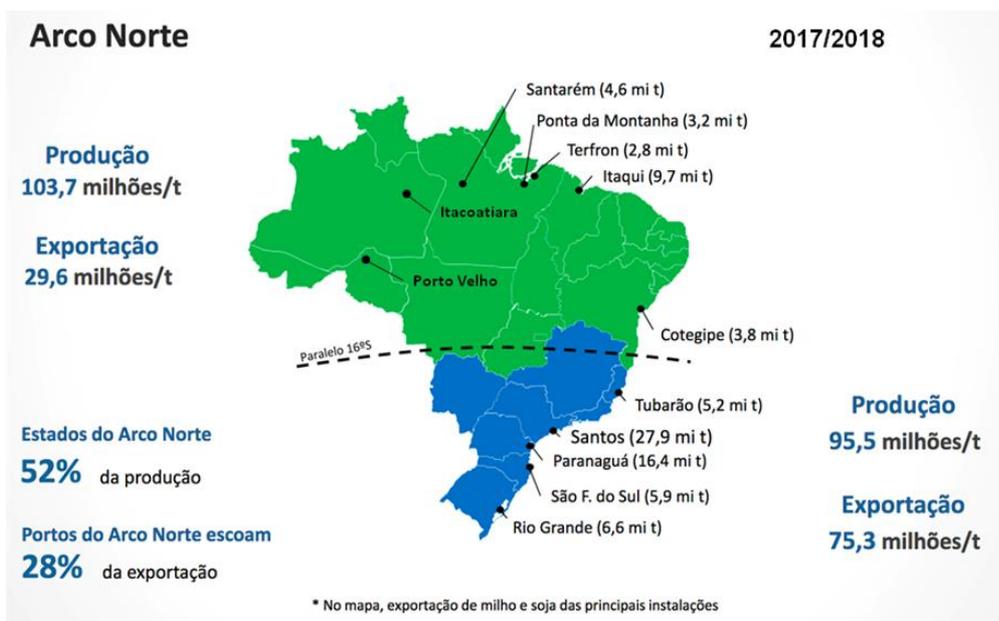


FIGURA 9 – Produção e Exportação do agronegócio pelo Arco Norte em 2017-2018
 Fonte: PUNTEL, 2019.

ANEXO D — Polos de Saúde na Amazônia



FIGURA 10 – Distribuição dos Polos de Atendimento pelas calhas dos rios amazônicos

Fonte: Marinha do Brasil *apud* SANTOS, 2016, p. 83.